



ATA DA QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

Ata da Quarta Audiência Pública realizada na Câmara de Vereadores “Palácio Deputado José de Souza Cândido”, nas dependências do Plenário “Francisco Marques Figueira”, cujo prédio fica situado na Rua dos Três Poderes, nº 65, Jardim Paulista. Ao trigésimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e dezessete, às quatorze horas e quatorze minutos, deu-se início à Quarta Audiência Pública, do Primeiro Exercício da Décima Sétima Legislatura, sob a Presidência do Ver. José Izaqueu Rangel – Zaqueu(PSDB), que, em nome de Deus e da Pátria, declarou aberta a sessão e anunciou: “Esta Audiência Pública tem por objetivo a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2017, em cumprimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000. Nomeio uma comissão com os Vereadores Rogério Gomes do Nascimento – PRP (Rogério da Van), Ver^a. Neusa dos Santos Oliveira - Neusa do Fadul(PSD) e Marcos Antonio dos Santos - Maizena Dunga Vans(PTB) para recepcionar e fazer adentrar ao Plenário o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Corrêa Viana, o Diretor de Contabilidade e o Contador da Prefeitura, Sr. Ricardo Elias Alves. A seguir, o presidente passou a palavra ao secretário municipal para suas considerações iniciais. **Com a palavra o Sr. Itamar Corrêa Viana:** “Boa tarde a todos, boa tarde presidente Zaqueu, boa tarde vereadores Lisandro, Maizena, Rogério da Van, Neusa do Fadul, Toninho Morgado, obrigado aos presentes. Esta é uma apresentação da Secretaria de Finanças, que a cada quadrimestre temos de fazer a apresentação das informações aqui na Casa de Leis.” O presidente passou a palavra ao secretário para sua explanação das contas. O secretário iniciou a apresentação da Secretaria Municipal da Fazenda, perante os Membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Suzano. Demonstrou e explicou o relatório referente à prestação de contas, e documentos relativos à receita e despesa do 1º quadrimestre de 2017, enviados à Câmara Municipal de Suzano, via Ofício n.º 079/SMF/CTBL/2017, em 29 de fevereiro de 2017, (protocolo nº 004438), em cumprimento ao artigo 9º da Lei Complementar 101/2000, § 4º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na Comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais. A exposição foi feita no data show do plenário da Câmara Municipal de Suzano pelo Sr. Luiz Carlos Araújo. O Secretário fez a apresentação dos Relatórios de Prestação de Contas, seguindo a ordem: Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Resultado Primário; Demonstrativo da Despesa com Pessoal; Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e Relatório de Gestão Fiscal. Deu início à apresentação pelo Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 1º quadrimestre de 2017. Leu



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 2

os quadros abaixo, e destacou as receitas e impostos arrecadados até o primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete, descritos em negrito:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º QUADRIMESTRE DE 2017

RECEITAS (A)	Prevista Atualizada	Realizadas até 30/04/2017	
Categoria Econômica/Fontes	R\$	R\$	(%)
Receitas Correntes (A)	629.365.667,80	218.690.361,59	34,75%
Tributárias	145.570.000,00	55.005.322,97	37,79%
Impostos	140.600.000,00	53.341.071,05	37,94%
IPTU	71.300.000,00	31.196.149,15	(*)43,75%
ISSQN	44.000.000,00	15.118.998,57	34,36%
ITBI	10.000.000,00	2.486.357,91	(**)24,86%
IRRF	15.300.000,00	4.539.565,42	29,67%
Taxas	4.970.000,00	1.664.251,92	33,49%
Contribuição de Iluminação Pública	12.500.000,00	3.138.119,91	25,10%
Contribuições Sociais	20.046.881,38	6.099.415,79	30,43%
Patrimoniais	18.117.756,18	9.155.765,89	50,53%
Serviços	0,00	0,00	0%
Transferências Intergovernamental	398.337.165,47	136.133.598,73	(***)34,18%
Convênio	10.060.938,00	1.957.960,85	19,46%
Outras Receitas Correntes	24.732.926,77	7.200.176,45	29,11%

(*) IPTU – “Já atingiu o montante de 43,75% da previsão inicial. Isso é um indicador muito interessante, porque a população está voltando a pagar os IPTUs nos tempos devidos. Estamos em maio, primeiro quadrimestre já atingimos quase 50% do valor.”

() ITBI** – “É um imposto orgânico, depende muito do mercado imobiliário. Depende da compra, da venda, das transações comerciais. Não é um imposto que a gente consiga fazer uma ação direta sobre ele. Devido o aquecimento do mercado ele pode aumentar ou diminuir”, comentou o secretário.

(*) Transferência Intergovernamental** – “Eu falei no início sobre o IPTU e agora é sobre as transferências intergovernamentais que são o ISS, IPVA, Fundeb, receitas que são repassadas ao município. Olhem como a matemática é interessante: ela atingiu 34,18%, porém houve uma frustração, ou seja, o governo mandou para nós R\$ 8.500 milhões a menos. Esse recurso Fundeb vai para a Educação, o IPVA, ICMS ajudam a compor todo orçamento. Se entra menos recurso, a gestão tem que tomar ações. Por isso, acabou compensando um pouco a questão do IPTU vinha um pouco maior agora, porém a receita que a gente depende do Estado ou Federação veio menor. Inclusive, tive uma reunião com o secretário estadual de Fazenda, que ele mesmo reconheceu, falou todos os secretários que estão aqui



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 3

vão falar a mesma coisa: recurso. Se eu não tenho ICMS vou repassar menos recursos para vocês.” Informou o Sr. Itamar Viana.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS. 1. O IPTU – Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – Atingiu o montante de **R\$ 31.196 milhões**, o que representa **43,75%** da previsão inicial. **2. O ISS** – Imposto sobre Serviços – arrecadado até este quadrimestre de **R\$ 15.119 milhões**, sendo **34,36%**, da previsão inicial. **3. O ITBI** – Imposto sobre transmissão de Bens Imóveis - atingiu o montante de **R\$ 2.486 milhões**, sendo **24,86%**, do que foi inicialmente previsto e atualizado. **4. TAXAS** – Atingiu o montante de **R\$ 1.664 mil**, sendo **33,49%**, da previsão inicial. **5. As Transferências Intergovernamentais** atingiram até o quadrimestre, o montante de **R\$ 136.133 milhões**, representando **34,18%**, do que foi inicialmente previsto. A seguir, o secretário explicou o quadro abaixo.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º QUADRIMESTRE DE 2017

RECEITAS CAPITAL (B)	Prevista Atualizada	Realizadas até 30/04/2017	
Categoria Econômica/Fontes	R\$	R\$	(%)
Receitas de Capital (B)	44.730.898,89	826.228,88	1,85%
Operações de Crédito	33.931,00	64.947,02	191,41%
Alienação de Bens	26.782.842,68	0,00	-
Transferências de Capital	2.761.639,51	357.732,83	12,95%
Convênios	15.083.558,17	334.622,50	2,22%
Outras Receitas de Capital	68.927,53	68.926,53	100,00%
RECEITA INTRA (C)	41.549.704,25	11.643.444,03	28,02%
RECEITA TOTAL (A+B+C)	715.646.270,94	231.160.034,50	32,30%

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1º QUADRIMESTRE DE 2017



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 4

DESPESAS	Dotação Atualizada	Empenhado até 30/04/2017		DESPESAS EXECUTADAS		
		R\$	R\$	E / A (%)	Liquidada até 30/04/2017	Incritas em Restos a Pagar não processados
Categoria Econômica/Natureza						
<u>Despesas Correntes (exceto intra-orç.) (E)</u>	713.333.425,84	305.321.287,60	42,80%	155.233.290,43	0,00	21,76%
Pessoal/Encargos Sociais	273.785.970,22	89.232.155,32	32,59%	79.612.795,70	0,00	29,08%
Juros/Encargos da Dívida Interna	2.896.600,00	2.896.600,00	100,00%	630.363,49	0,00	21,76%
Outras Despesas Correntes	286.034.861,07	170.566.359,46	59,63%	66.715.105,09	0,00	23,32%
<u>Despesas de Capital (F)</u>	93.187.748,30	42.626.172,82	45,74%	8.275.026,15	0,00	0%
Investimentos	84.482.148,30	34.070.572,82	40,33%	5.846.091,53		6,92%
Inversões Financeiras	150.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	8.555.600,00	8.555.600,00	100,00%	2.428.934,62	0,00	28,39%
Reserva de Contingência	5.234.123,88	0,00	0,00%	0,00	0,00	0%
Reserva do RPPS	52.194.122,37	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
<u>Despesas Intra-Orçamentária (G)</u>	41.781.404,25	13.829.321,98	33,10%	13.240.562,39		31,69%
Reserva de Contingência RPPS (H)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0%
<u>SUBTOTAL DAS DESPESAS (I) = (E+G+H)</u>	755.114.830,09	319.150.609,58	42,27%	168.473.852,82	0,00	0%
-				168.473.852,82		22,31%
<u>SUPERAVIT (J)</u>				62.686.181,68		
<u>TOTAL (I+J)</u>	755.114.830,09	319.150.609,58	42,27%	231.160.034,50		30,61%

O Sr. Itamar Viana explicou: “Vou me atentar ao primeiro item que tenho a dotação de R\$ 713 milhões que foi o que saiu da LOA de 2016. Esses R\$ 713 milhões é o que compõe da receita da Câmara, da IPMS e da Prefeitura. O que foi empenhado é interessante e um pouco preocupante. R\$ 305 milhões já foram empenhados, ou seja, 42% do orçamento. Só para deixar um pouco mais claro. Por exemplo, a Câmara vai empenhar os R\$ 25 bilhões que ela tem a receber. Isso aqui já consta. O Instituto tem a receber, já vai empenhar. Quando já tem a receita prevista, eles já fazem o empenho. A situação que geralmente eu comento é quando falamos de orçamento e receita. Orçamento e receita é algo que tem de estar o tempo inteiro com esse entendimento. Orçamento é algo que estou prevendo. Receita é algo que tenho no caixa agora. Como é um relatório resumido empenhei, já tenho o compromisso de 42% do orçamento previsto. Uma pergunta feita ontem na audiência da Saúde, qual é a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Finanças? Verificar a lei de responsabilidade fiscal que diz: os valores que vêm para a Câmara, valor de precatório, Saúde, Educação e gasto de pessoal.”

APLICAÇÃO DOS RECURSOS: SAÚDE. As despesas liquidadas no 1º quadrimestre de 2017 com recursos próprios na área da **SAÚDE** totalizaram **R\$ 33.684 milhões**, representando **21,15%** do total das receitas de impostos e transferências constitucionais, sendo **6,15%** acima do que determina a lei, que é de 15%. **ENSINO.** (C.F. Art. 212). As despesas liquidadas no 1º quadrimestre de 2017 com manutenção e desenvolvimento do **ENSINO** totalizaram **R\$ 35.879 milhões**, atingindo **27,94%**, das receitas de impostos municipais e transferências constitucionais.



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 5

RESULTADO PRIMÁRIO

1º Quadrimestre de 2017

RESULTADO PRIMÁRIO	
Receitas	
Receitas Primárias Correntes	
Receitas Correntes	221.178.287,01
Receitas de Capital	826.228,88
Subtotal:	222.004.515,89
Receitas de Operações de Crédito	64.947,02
Receitas de Amortização de Empréstimos	0,00
Receitas de Alienação de Ativos	0,00
Total das Receitas Primárias de Capital (A)	221.939.568,87

RESULTADO PRIMÁRIO 1º Quadrimestre de 2017

<u>Despesas:</u>	DESPESAS EXECUTADAS em 2017	
	Liquidada até 30/04/2017	Inscritas em Restos a Pagar não processados
Despesas Correntes (I)	159.480.966,23	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	92.061.447,33	0,00
Juros e Encargos da Dívida (II)	704.413,81	0,00
Outras Despesas Correntes	66.715.105,09	0,00
Despesas Correntes (III) = (I)-(II)	158.776.552,42	0,00
Despesas de Capital (IV)	8.992.886,59	0,00
Investimentos	5.846.091,53	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida (V)	3.146.795,06	0,00
Despesas de Capital (VI) = (IV-V)	5.846.091,53	0,00
Total Despesas Primárias (B) = (III+VI)	164.622.643,95	0,00
TOTAL B	164.622.643,95	
Resultado Primário (A - B)	57.316.924,92	



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Cálculo dos últimos 12 meses (05/16 a 04/17)

Receitas Correntes (I)	677.051.881,43
Receita Tributárias	144.779.159,28
Receita de Contribuição	30.518.344,03
Receita Patrimonial	26.171.634,50
Receita de Serviço	0,00
Transferências Correntes	445.299.710,04
Outras Receitas Correntes	30.283.033,58
Deduções (II)	73.685.543,99
Contribuição Plano de Previdência do Servidor	18.734.328,16
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	54.951.215,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - IV)	603.366.337,44

“A Receita Corrente Líquida norteia vários parâmetros, inclusive, os valores que vêm para a Câmara, os valores que são atribuídos para a Educação, Saúde, todo parâmetro de corrente líquida é o que eu tenho”, disse o secretário.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2017 –

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – 1º QUADRIMESTRE



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 7

Receita Corrente Líquida - RCL	603.366.337,44	
Despesas Totais com Pessoal		
despesa total com Pessoal - DTP	262.590.737,16	(*)43,52%
Limite Legal (art. 20 LRF)	325.817.822,21	54,00%
Limite Prudencial 95% (Par. Único. art. 22 LRF)	309.526.931,11	51,30%
Excesso a Regularizar	0,00	0%
Dívida Consolidada Líquida		
Saldo Devedor	-9.354.552,45	-1,55%
Limite Legal (arts. 3º e 4º Res.nº 40 Senado)	724.039.604,93	120,00%
Excesso a Regularizar	0,00	%-
Concessões de Garantias		
Montante	0,00	0%
Limite Legal (arts. 3º e 4º Res.nº 40 Senado)	132.740.594,24	22,00%
Excesso a Regularizar	0,00	0%
Operações de Crédito Internas		
Realizada no Período	64.947,02	0,01%
Limite Definido p/ Senado Federal para Operações de Crédito Internas	96.538.613,99	16,00%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. por Antec. Rec.Orç. - ARO	42.235.643,62	7,00%

(*) “Despesa com pessoal – O primeiro quadrimestre, 43,52%, só lembrando que esse 43,52% não está contabilizado o aumento que ocorreu. Mesmo o limite sendo 54% a interpretação é interessante. Limite constitucional é 54%, mas como é que eu posso chegar a 54% do orçamento? Eu tenho Educação, tenho Saúde, tenho várias outras atribuições para serem feitas também. A dívida consolidada, recebemos a informação, antes do almoço, no fechamento com a empresa de software, está aqui ajustada para R\$ 9 milhões e o de vocês está R\$ 57 milhões, mas é um dado técnico. Esse dado devedor de R\$ 9 milhões, o interessante é o item debaixo. A capacidade hoje de endividamento da Prefeitura é de R\$ 724



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 8

milhões. Gosto de falar uma linha, eu posso me endividar, mas tenho que ter capacidade de pagamento. Eu tenho um limite de banco alto, mas eu não estou trabalhando, ou seja, eu tenho bastante dinheiro lá, porém se eu o pegar vai ser um pouco difícil de eu fazer o pagamento. Tenho sempre que entender o que eu posso e o que eu vou conseguir fazer.”

Resultado Primário – Indica se os níveis de gastos orçamentários do município estão compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias. No caso da execução orçamentária do município de Suzano, até o primeiro quadrimestre de 2017, pode-se verificar um resultado primário de **R\$ 57.317 milhões**. O que representa o controle das contas do município. Após o fechamento da prestação de contas, o secretário disse:

“O que eu gostaria de apresentar para vocês também são informações relevantes. Essa informação não consta no material de vocês. A lei me solicita essa informação. Queria passar para vocês sobre dívida consolidada líquida, sobre esse decreto de contingenciamento que ocorreu, projeto Agir e o Refis. Gostaria de solicitar este espaço para vocês, como parte de finanças a gente já ter esse entendimento. Vou falar primeiramente sobre Dívida Consolidada. Na primeira prestação de contas, fiz a do 3º quadrimestre da gestão anterior. Dívidas Consolidadas são de longo, médio e curto prazo. Tínhamos R\$ 172 milhões e hoje a dívida consolidada do município está em R\$ 144 milhões. Esse é um dado contábil. Conseguimos fazer uma redução de R\$ 28.500 milhões da dívida, em que se o município fosse pagar toda a dívida que deve, tem esses R\$ 144 milhões totais. Então, é uma informação importante e relevante para a questão finanças do município. Em questão de despesa e receita estamos conseguindo por a casa em ordem. Na questão da dívida consolidada que mistura tudo, curto, médio e longo prazo nós temos um número muito interessante. O decreto 9.021 de 15 de maio de 2017, de contingenciamento, está de acordo com a lei de responsabilidade fiscal. O que a lei diz? Você vai ver os resultados a cada bimestre. Chega no bimestre e vê o que não entrou de receita. Não entrou naquele bimestre, temos já que contingenciar. Eu não disse que é cortar, é fechar a torneira. Bimestre seguinte entrou a receita, eu posso abrir um pouquinho mais a torneira e passar o recurso para as pastas. Então, esses mecanismos são importantes porque eu não preciso dar um tranco no final do ano. São vários pequenos trancos, durante o decorrer do processo eu digo estamos com recurso menor, vamos contingenciar. Por quê? Se eu não contingencio ele fica no orçamento; se ele fica no orçamento, a pessoa pode gastá-lo e depois tem de pagá-lo. Quando vai pagar não tem recurso e começa a gritaria. Então, é preferível não deixar gastar antes de arcar dívida. Aí entra questão de gestão financeira dentro da operação. E como curiosidade o Ricardo Elias, que auxilia o contador, foi a primeira vez que ocorreu esse mecanismo no município. Mesmo que a lei de responsabilidade fiscal existe há vários anos, foi a primeira vez que foi feito um decreto de contingenciamento. Ou seja, já se preocupar com o que vai acontecer. E esse mecanismo vai ser utilizado outras vezes porque a lei me solicita isso e também acaba auxiliando na questão da gestão. E o valor contingenciado foi de R\$ 8.530 milhões. Lembrem-se daquele



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 9

quadro que comentei lá trás dos repasses de IPVA, Fundeb e ICMS? Se está entrando menos recursos para a Prefeitura, eu tenho que contingenciar. Este mês pode ser que o IPVA seja recomposto, pode ser que o Fundep seja recomposto, porém vou fazer análise agora nos próximos bimestres. Por isso que o valor do decreto contingenciado foi de 8,53 milhões. Como eu comentei, vou aproveitar falar sobre o Projeto Agir. Este projeto é da Secretaria de Planejamento e Finanças, a gente que teve essa concepção que ele é ação gerencial para incremento de receita. Da última vez que estivemos aqui, o Vereador Pacola deu uma ideia sobre a questão de IPTU, está em andamento aquela sua solicitação. E o que é esse projeto Agir? Cada um de nós, muitas vezes temos ideias no corredor se fizesse isso, se fizesse aquilo poderia melhorar a receita. Melhorando a receita a gente pode fazer mais coisas. É simples assim. Não tendo recurso, ninguém faz nada. E o que eu procurei fazer? Apresentam-se várias ações para o incremento de receita. Eu pus o Refis, item que contei com a participação de vocês, nominalmente quero agradecer a participação de vocês no Refis. O Refis é outro item, depois eu comento. Tem a questão dos terrenos que tem de ser discutida, debatida, trazer para a Câmara, ou seja, tem que resolver o problema. Não adianta a gente ficar protelando o problema, porque isso é um item para trazer receita para o município. A questão de precatório que é lei federal, para vocês terem uma ideia, a Prefeitura paga R\$ 500 mil de precatórios. Agora, puseram no colo R\$ 1 milhão de precatórios. Ou seja, não estava previsto e tem de pagar. Temos R\$ 48 milhões em precatórios para serem pagos até o final do mandato do prefeito Rodrigo. Isso já é Tribunal de Justiça que passa a informação para nós. Cosip – questão da Contribuição para custeio de Iluminação Pública. Há algumas maneiras de serem feitas e melhoradas também. Execução Fiscal. Leilão. Fiscalização. Então, são várias ações. No momento oportuno, mostro para vocês que tem ações administrativas que são das pastas, das Secretarias. Quem tiver alguma sugestão para esse incremento, essa melhoria, por favor, as portas estão abertas para essa formação. E, por fim, gostaria de falar sobre o Refis. Hoje a cidade de Suzano tem R\$ 604 milhões de dívida ativa. O que é dívida ativa? Dívida de IPTU e ISS e várias outras dívidas no município. Para terem ideia, a questão não judicial, ou seja, o que está dentro da administração é de R\$ 504 milhões. O que é judicial é R\$ 80 milhões. Judicial, ou seja, Tribunal de Justiça, Fórum. Somam R\$ 604 milhões. Olhem que interessante, eu teria condições de pagar toda essa dívida da Prefeitura, se entrasse esse recurso do Refis. Ainda ficaria com um saldo positivo para fazer muito mais coisas. Lógico, historicamente não acontece esse volume que a gente imagina, mas o Refis hoje é um item que vai ajudar muito a questão orçamentária da Prefeitura. A questão de vocês sobre o Refis é quando ele vai começar? O Refis vai começar no dia 3 de julho de 2017. Por que dia 3 de julho? Ele entra em vigor a partir do primeiro dia útil do mês subsequente a sua aprovação. Porém, eu tenho 30 dias para regulamentar. E a regulamentação envolve desde o software, sistema, agora que estou autorizando já posso vir fazendo toda operação. Estamos fazendo até simulados, para quando chamar a população e ela vier aqui estejamos prontos. Se for pelo site para pagar a primeira parcela poderá imprimi-la, nem precisa vir aqui na Prefeitura pegar informação. Então, estou criando mecanismo. Em primeira mão para vocês, vou procurar fazer um whatsapp, que hoje é a comunicação do momento, para o Refis. Então, o



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 10

munícipe pode mandar um WhatsApp pra gente, e a gente devolve pra ele a informação. Vai haver pessoas específicas para administrar este WhatsApp do Refis. Por isso que até o dia 3 vou procurar ter toda essa estrutura montada para ter o melhor atendimento possível. Só lembrando, quem pode aderir são as pessoas físicas, jurídicas com débitos até 2016. Os que não podem parcelar são decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça, pelo Tribunal e decisões judiciais. O Refis vai finalizar no dia 15 de dezembro, conforme a lei aprovada. Os outros Refis sempre punham três meses, depois mais três meses. A história de gerar pânico, recebe, não quero gerar pânico. A postura é para a pessoa se programar sem pânico. Dia quinze de dezembro não tem prorrogação mesmo, porque eu vou ter que fechar o ano fiscal para o ano seguinte, não tem Refis seguinte, dia 15 de dezembro finaliza a operação. Até como uma observação que me foi passada, Secretário, o boleto quando é gerado tem cinco dias úteis. Então, a pessoa pode gerá-lo no dia 15 e o boleto tem vencimento no dia 20. Contabilmente, nós, até isso, já fizemos a previsão. Essas são informações relevantes. Quero contar com vocês, podem passar para a base de vocês essa data. É o compromisso da Prefeitura deixar a casa em ordem para receber todos os municípios. De antemão era isso. Quero agradecer a vocês a possibilidade de poder apresentar as contas da Secretaria, mesmo sendo lei. Fico à disposição da Câmara para qualquer dúvida. Ficam convidados para amanhã mais uma audiência da LDO. Obrigado, Presidente.” Logo após a explanação do secretário, o presidente passou a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o Ver. José Carlos de Souza Nascimento – PTB (Zé Pirueiro): “Boa tarde a todos. Secretário, eu gostaria de agradecer a sua explicação e pedir desculpas pelo meu atraso. Eu tenho uma pergunta para o senhor referente àquela emenda que eu tentei colocar nesse projeto, que foi retirado para não atrapalhar os trabalhos, como que ficou referente às dívidas de quem está com problema na Justiça? O senhor poderia me falar como ficou?”

RESPOSTA: “Vereador, Zé Pirueiro, obrigado. Na verdade, agradecer a questão de suprimir aquela informação, porque perante a lei, mesmo pondo na lei do Refis, já estão julgados em casos anteriores, que inclusive a Justiça derrubou essa opção dentro do Refis. Então, quando a Justiça determina é somente justiça. O nosso processo hoje, já comporta 48 vezes a própria negociação dentro da receita, então já existe a negociação direta. Não precisaria necessariamente estar no Refis. Uma vez que a pessoa com essa dívida, com esse débito, ela procura a receita e dá para fazer a negociação direta. O Refis não pode, conforme eu comentei contigo, de novo agradecer nominalmente, nós não temos essa ação, esse poder de modificar uma decisão judicial. Porém, hoje o processo, por exemplo, na Receita, o que tange o município a gente consegue fazer já uma negociação direta.”

PERGUNTA: “Só para completar, Secretário, o senhor sabe o valor da dívida desses vereadores nas gestões anteriores?”

RESPOSTA: “Eu vou solicitar ao Ricardo Elias, ele fez esse levantamento da Câmara.”

PERGUNTA: “Aproximadamente, não precisa ser o valor correto.”

RESPOSTA: “A informação que eu soube, está no jurídico, mas está em torno de R\$ 15 milhões, juntando todos.”

Com a palavra o Ver. Marcos Antonio dos Santos - Maizena Dunga Vans(PTB): “Secretário, presidente, boa tarde, público presente, imprensa. Secretário, eu estava com uma sugestão em mente aqui, porque hoje, na realidade, a gente anda nos quatro cantos da cidade e vemos que têm muitas



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 11

áreas invadidas. Eu estava conversando até com o Ver. Lisandro aqui sobre a sugestão de por no plano diretor para o ano que vem, de fazermos essa regularização fundiária, mas tem que se fazer uma cobrança em equipe. Já que a Prefeitura não vai usar o espaço do terreno dela, eu acho que a gente tem que fazer o quê? Há oito anos, lá no Miguel Badra Planalto, foi feita essa regularização fundiária em algumas áreas. A própria Prefeitura fez. Foi na época do Prefeito Marcelo Candido. O que eles fizeram? Pegaram o mapa certinho, inclusive casa que tinha viela e fizeram. O que acontece? Através disso daí a própria receita do município vai aumentar, porque a gente vai poder cobrar o imposto. A minha sugestão dada aqui é para pormos no próximo plano diretor que vai vir para esta Casa para votarmos aqui, a partir de setembro. Está bom, Secretário, obrigado e boa tarde!” **RESPOSTA:** “Vereador Maizena, já está aqui no projeto Agir. Olha só que interessante, tem uma informação contábil que tem que por o que o município tem de patrimônio, e os terrenos chamam-se patrimônio do município. Quando eu ponho que ele é meu patrimônio, só que é outro que está utilizando eu estou passando uma informação errada, não sei o que eu tenho de verdade. Tem duas pessoas, que é a equipe que está destinada para fazer o inventário das áreas dos terrenos que temos. Não sei se o Ricardo tem lembrança se alguma vez já foi feito esse trabalho de inventário de todos os terrenos da Prefeitura. E a nossa meta é colocar isso no fechamento contábil este final de ano, porque a informação que tem lá, eu tenho uma informação, em passant, assim, sem dados finais, que nós (Prefeitura) tínhamos em torno de 300 terrenos. Aí no primeiro levantamento, ou seja, na primeira enxadada chegou a 900 terrenos, por baixo. Então, essa informação que está dando ela é contabilmente importante para saber o que eu tenho, o que eu posso usar, o que eu posso vender, leiloar, o que eu posso fazer e, ao mesmo tempo, o que dá para ser utilizado como regularização fundiária, utilizar com outros fins. Se eu não sei o que tenho, não sei o que vou fazer. As leis são interessantes, por exemplo, quando você está regularizado e faz uma regularização fundiária no ano seguinte o cara tem até orgulho de pagar o IPTU dele, pagar as taxas, fazer toda essa verificação. São vários projetos em andamento, mas esse é um deles, que eu estou fazendo para apresentar até no terceiro quadrimestre. Se eu conseguir finalizar as informações, que eu estou com duas pessoas e eu pedi a foto de cada terreno, para eles irem a cada local, – não é pegar no papel, no computador, no Google não – vão lá, verifica, vê a situação real para fazermos o fechamento contábil. É importante, eu não tinha visto por esse aspecto, mas é bem interessante. Você mexe com a parte social, que é fundamental. Porque a questão da receita, falar número, número, número, atrás de números têm pessoas. Atrás de IPTU, SMS, ISS, têm pessoas. Então, tem que realmente se preocupar com a parte social.” **PERGUNTA:** “Porque pelo projeto que tem, a gente acompanha, principalmente no bairro onde eu moro, no Miguel Badra, tem lugar que não vai ser executado nada, porém, eu acho que tem que dar condição para aquelas pessoas, Fizeram parte de uma praça ontem. Há 25 anos a pessoa está lá e está preocupada com o IPTU. Então, eu tive essa ideia quando as pessoas vêm procurar a gente. Aí eu tive essa ideia, vou falar com o secretário, inclusive, falar até com o secretário Rosenil para colocarmos em pauta isso daí, porque é muito importante para a cidade. Se o problema hoje é a receita então, automaticamente, a gente vai levantar a receita, não fazendo nada ilegal, e sim legal.” **RESPOSTA:**



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 12

“O segredo que eu vejo chama-se postura. A postura da Prefeitura, não estou falando do Departamento de Postura, a postura da Prefeitura junto a várias ações. Quando um constrói e não paga nenhum imposto ele já está motivando o segundo a fazer isso, porque a Prefeitura não chegou lá. E o outro vai fazer isso e vira uma corrente. Isso aí para negócio é a mesma coisa, abre um negócio e continua. O que é interessante, quando você pede a regularização, tanto que tem um item do projeto que é o Regularize Já. Inclusive, a sugestão do próprio prefeito, regularize, dá-se anistia ao que já tem, mas regulariza. O passado não vou buscar e apertar o cara para puxar os cinco anos que eu tenho direito, mas regulariza agora. E aí para o ano que vem a gente começa a ter receita. Você dorme tranquilo e a Prefeitura acaba tendo o recurso. Mudança da própria postura acaba trazendo mais recursos para o município. E aquele que construiu, pagou as taxas certinhas ele vai ser fiscal do outro que não está fazendo regular. Ele fala eu paguei e quero que você pague também, então isso é importante. Eu tive uma reunião da Secretaria de Finanças da Condemat e como curiosidade meus pais moravam no Jardim Margarida, que era uma tríplice divisa, para quem não conhece. O secretário de finanças de Mogi foi lá no Margarida, nas casas, conversar com as pessoas. Falei, parabéns! E ele vem de Sorocaba para Mogi. Foi lá acompanhar, falar com as pessoas, olha vocês têm Mogi das Cruzes, você está tendo posto, está tendo isso, isso e isso e está pagando o imposto para Itaqué, porque fica bem na divisa lá. Então, trazer para o município o que é do município, não quero nada a mais. Justiça não é bondade, justiça não tem nada a ver com bondade, justiça fiscal mais ainda. O que tem que ser para você, tem que ser para o seu vizinho. E hoje você tem uma bondade fiscal, resumindo as contas elas tendem a piorar cada vez mais.

Parei aqui

Com a palavra o Ver. André Marcos de Abreu - Pacola(DEM): “Obrigado, Senhor Presidente. Quero dizer a Vossa Excelência que o senhor continua sempre elegante. Quero cumprimentar o secretário, a imprensa, cumprimentar o público presente, funcionários desta Casa, boa tarde. Secretário, vamos voltar ao Refis, se me permite, até para o senhor me confirmar, eu anotei aqui, peguei só uma parte do que Vossa Senhoria estava falando. O Refis começa no dia 3 de julho e ele termina no dia 3 de agosto, seria isso?” **RESPOSTA:** “Quinze do doze”. **PERGUNTA:** “Desculpa. Nós já até conversamos, o senhor ate citou aí, o Refis no entendimento deste vereador, hoje, neste exato momento, já não vem ajudando mais a população que mais necessita. Hoje, o Refis é benéfico para os grandes, para quem tem muita propriedade, para os ricos. Eles sabem que todo ano vai haver o Refis, então eles esperam. Ah, o ano que vem eles vão fazer o Refis, eu



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 13

vou lá e pago. E esse é um grupo que a gente já sabe, não precisa nem citar nomes, que são os verdadeiros caciques da cidade de Suzano, então, todo ano esperam o Refis. Eu creio que precisa ser reestudado o Refis, Ricardo, acho que só pode participar do Refis aquele que está correto. Aquele que não tem dívida nenhuma. Para ele participar tem de estar no mínimo um ano em dia com os cofres públicos. Aí sim, ele terá direito ao Refis, porque senão ele vai só deixando para trás, para trás e quando ele vender um terreno, ou os juros caírem na conta ele vai lá e vai acertar todos os imóveis dele, entendeu, Vereador Joaquim. Então, é uma coisa que já conversamos, tomara que seja o último Refis da história da cidade de Suzano. Outra questão, Secretário, é referente aos carnês. Tem bastante gente nos procurando dizendo que os carnês chegaram e alguns estão sem valores. Gostaria de saber se já foi solucionado, acho que era um problema com a gráfica que estava imprimindo e houve um erro. E outra questão, Secretário, é sobre aqueles terrenos. Esta Casa votou aqui, na época, era para arrecadar R\$ 30 milhões, inclusive foi previsto no orçamento do município esse valor. Gostaria que o senhor me desse um parecer dessas duas questões: a do carnê e a questão dos terrenos, que até hoje estão enrolados.” **RESPOSTA:** “Boa tarde, Vereador Pacola. Agradeço o seu reforço. Vou voltar no Refis. Se for decisão minha, nesses quatro anos, só vai haver Refis neste ano. O que acontece no governos estadual e no governo federal? Minha linha seria esse único Refis, por isso quero pegar só esses seis meses e trazer para a população essa quebra de cultura que você nomeou perfeitamente. A pessoa deixou de pagar um mês e fica, o ano que vem vai ter Refis. Como o próprio Maizena disse, o cara que pagou certinho ele vai ficar taxado de “idiota”, para usar o termo correto, sendo que se eu deixar para o ano que vem, vou ter mais vantagem. Fica sempre nessa linha. Por decisão da pasta de Planejamento e Finanças eu não tenho planejado outro Refis. Inclusive, é solicitado pelos Tribunais de Contas, o protesto das CDAs, das dívidas ativas. Se você hoje deixar de pagar o IPVA, deixar de pagar uma dívida estadual você vai receber um Cadin: “Nobre pessoa X, Y, Z, você tem tantos dias, vai entrar no Cadin e você não vai poder comprar relógios, não vai poder fazer nada disso”. Foi cometer o erro da bondade. Realmente, teve uma pequena pesquisa de um cadastro que o cara estava devendo R\$ 150 mil, tendo dez imóveis e nunca foi protestado, nunca foi executado, nunca foi feito nada! Então, quando fala que vai protestar a dívida ativa, sim é um direito do município. É um dever, na verdade, não é um direito. Hoje é dever. O Tribunal de Contas nos solicita. Então, você ter R\$ 604 milhões, as dívidas judiciais vou até tirar de lado. Quinhentos e quatro milhões sem ninguém, exatamente ninguém, cobrá-lo de maneira efetiva, o município está abrindo mão dessa receita. Discretamente, mas está abrindo mão. Eu vou passar essa informação aos poucos, você me abriu essa frente, vou antecipar que a possibilidade do ano que vem, quem está em dívida ativa, quem não aderiu ao Refis e ir pra o protesto de CDAs vai ser real. Existe essa possibilidade, estou estudando juridicamente. O Estado e o município do Estado de São Paulo como pratica essa operação. Ah, a população não vai gostar! Mas você falou um negócio interessantíssimo: o munícipe que deve R\$ 100, R\$ 200 até R\$ 1.000 ele está em dia. As dívidas maiores são de R\$ 100, R\$ 200, R\$ 300 mil. E desculpem-me, o município simples não tem R\$ 100, R\$ 200 e R\$ 300 mil de dívida não. Então, ou seja, a postura vai mudar. Sendo também que existe a implantação nesse projeto



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 14

no Agir, de ações gerenciais está inclusive a questão de ter o Cadin municipal. Diferente do Dívida Ativa. Entrou no Cadin é uma outra postura. Vou estudar também essa lei, no momento oportuno, vou apresentar também a vocês. Tudo isso para quê? Para você ir diminuindo. Não vai mais haver Refis, e eu vou fazendo uma tratativa de quem está devendo. Vou chamar para conversar e ter uma atuação mais objetiva em cima deste assunto. Por isso quero agradecer essa linha, porque é justamente a mesma linha da Secretaria de Finanças. Carnês de IPTU. Isso foi um transtorno para o início da gestão, que teve de fazer o chamamento dos bancos, impressão dos carnês, tudo o que ocorreu. Você trouxe essa informação e nós temos tido reuniões frequentes, logicamente, da receita, o volume de reclamação é muito pequeno, quase nada, perante essa informação. Hoje, qualquer munícipe entrando no site já tem a segunda via, já tem o carnê atualizado, pode puxá-lo, está atualizado, inclusive. Às vezes, você pega um condomínio que não recebeu, no momento estou pedindo aos funcionários da pasta para irem direto lá conversar, então, todas as demandas que estão chegando para nós, estamos atendendo, se não é no mesmo dia, atendemos no dia seguinte. Não está ficando nenhuma solicitação. O problema pode acontecer, conforme aconteceu. Foi um erro o que aconteceu, mas é a forma como você vai tratar o problema, que pode aumentar. Conseguimos resolver isso a contento. Terrenos. Eu vou até pegar o meu projeto aqui para lhe mostrar. Você não vai conseguir enxergar de longe. O primeiro item é o Refis, que já estamos demandando. O segundo item é venda dos terrenos. Rediscutir o que vai ser feito, vai cancelar a lei, o que vai ser trabalhado? Enquanto não colocar na frente de todo mundo e dizer o que vai ser feito? Já está sendo trabalhada essa informação. A gente tem interesse sim na venda. O Rodrigo até posicionou alguns terrenos de utilidade para o próprio Executivo e os outros terrenos, a ideia é a seguinte: esse terreno vale quanto? Cinco milhões? Beleza! Onde serão utilizados esses cinco milhões? Isso não foi feito. Então, quando vender aquele terreno do Badra, vou utilizar o exemplo do Badra, onde será utilizada aquela receita? Aquela receita vai ser utilizada assim, assim. A ideia é o mesmo conceito de receita e orçamento para os terrenos. Porque não é entra o dinheiro lá e usa-o para qualquer coisa. Infelizmente, como a alienação foi toda utilizada em obras. Obras está fazendo a conta gota com o dinheiro do Tesouro, porque não tinha. Em resumo, esse é um item, está na sequência para fazer o trabalho e a intenção é saber qual é a receita que eu vou aferir dessa venda e aonde ela vai? Isso estaria no projeto para vocês fazerem a discussão e aprovação. Será muito mais transparente a questão da utilização dos terrenos. Da forma que está, não vai a lugar nenhum, porque já tem uma ADIN. Não adianta forçar da forma que está. Tem de partir do zero e recomeçar a discussão.”

PERGUNTA: “Obrigado, Secretário. Só quero lembrar, por exemplo, o que este vereador citou, é que na área central dificilmente a gente escuta alguém reclamar. As pessoas reclamam muito com as Sete Cruzes, Palmeiras. Então, não é a grande maioria que tem acesso à internet. Esse pessoal é o que mais nos procura. Fiquei bastante contente com a resposta. E referente aos terrenos, quero dizer que é muito boa a ideia de Vossa Senhoria. O senhor apontar o lote X, o lote tal, valor tal e você especificar o que vai ser feito com aquele dinheiro seria a melhor forma de justificar, não só o dinheiro público como também o imóvel, que é um patrimônio



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 15

público. Obrigado, Secretário.” **Com a palavra o Ver. Lisandro Luis Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS): /////**

Lisandro Luís Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS) – PERGUNTA: Boa tarde presidente, boa tarde secretário Itamar. Eu queria fazer três perguntas. Uma delas é sobre, até aproveitar a oportunidade para parabenizar a mesa da Casa, que esse ano fez uma modificação do orçamento conseguiu fazer a redução com os custos de aluguéis da câmara para ser investido em outros recursos. O que eu gostaria de saber é se existe essa previsão, a expectativa é que o mês que vem existe a previsão da câmara municipal começar a transferência do antigo prédio para o novo, isso vai liberar espaço dentro da prefeitura. Antes de nós iniciarmos esse processo de vendas do patrimônio da prefeitura eu gostaria de saber se existe alguma estratégia na redução de gastos com aluguéis. Eu acredito que o prédio aqui do centro unificado é aluguel, da secretária de educação é aluguel. Como que esse espaço da câmara pode ser utilizado e antes da gente mexer com patrimônio conseguir arrecadar mais receita para o município reduzindo despesas. A segunda pergunta é sobre uma recente modificação lá em Brasília que torna o ISS dos cartões de créditos transferidos para o município de origem onde ele é gasto né. A gente sabe que tem cidades que vão ser oneradas com isso, como Poá que tem a sede do Itaú lá e o de Suzano passa a receber mais recursos por conta disso. Só que para mim é uma grande dúvida saber quanto Suzano passa a receber e eu queria saber do senhor se já existe algum estudo de quanto ISS, especificamente da operação de cartão de crédito vão passar a ser destinados do município de Suzano para essa modificação da lei. E para finalizar, eu vi que você apontou ali que a gente teve 6,15% de ultrapassagem nos gasto de saúde pública desse ano e a gente tinha um investimentos previsto da gestão passada de 562 mil no prédio do centro de zoonoses, que é uma defesa que eu fiz inclusive para que esse recurso do ministério da saúde fosse empregado aqui em Suzano e desse continuidade na reforma lá. Eu queria saber se você sabe como está esse recurso, se a gente não o perdeu ou como ele pode ser investido, se a gente pode recuperar para evitar gastos do tesouro do município com iniciativas que podem ser financiadas pela federação. Obrigado. RESPOSTA: Boa tarde nobre Ver. Lisandro. A mudança da câmara, vou responder um segundo comentário que você fez referente a aluguéis, acho que foi uma das primeiras missões quando entrei na pasta foi uma redução de aluguéis, não sei se eu tive a oportunidade de apresentar para vocês aqui, mas caiu na prestação do prefeito nos cem dias, que fizemos a pasta, na verdade a prefeitura fez uma redução de R\$ 1 milhão 340 mil reais de aluguéis já pensando num todo. Olha que interessante, a gente não tinha feito nenhuma projeção quanto à própria mudança da câmara porque é algo subjetivo. Não posso cancelar um imóvel já contando, então uma conversa com o próprio presidente Zaqueu, que nós tivemos no corredor da prefeitura, que eu solicitei, o Mayer estava presente ali. Falei, presidente com o pé no chão quantos vão fazer a mudança? Justamente essa pergunta. Ele falou, agora em julho gostaríamos de estar já no prédio novo, gostaríamos não, vamos estar no prédio novo. Foi esse compromisso. Mas porque isso? A intenção, já fazendo o planejamento todo é trazer a receita que já está lá no centro unificado, a receita ficaria na parte de baixo, no prédio do passo. A onde



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 16

que está hoje o centro unificado traria a educação, resumindo ficaria a saúde, educação e levaria a assistência social, inclusive com a questão aqui do centro unificado cadastro único aqui na frente, estaria todos lá, ou seja, menos um aluguel porque eu tenho aquele custo já para ser diminuído. Na parte aqui de baixo, as secretarias que estão lá viriam aqui para baixo e a gente conseguia deixar a educação, saúde e assistência social que demanda pessoas no mesmo ponto. Então tudo que for desse assunto estaria ali e a questão da receita ficaria para esse outro imóvel. Em questão da mudança da câmara está abrindo espaços, então tem outras possibilidades de trazer outros locais que estão locados para dentro da câmara. É que eu tenho que ter a oficialização, uma vez oficializado já começo fazer o projeto de mudança. Assim como a GCM que está aqui hoje, a intenção é ela ir lá para aquele SESI, que está destruído infelizmente, totalmente destruído lá do Monte Cristo, então levar a GCM para lá. Aí não é questão só do aluguel, o posicionamento de uma GCM numa entrada de uma cidade, que é a entrada de Poá e levar arquivo morto, outras situações para gente contemplar lá. Então questão de aluguéis, ela está sendo um dos itens cruciais até para a própria redução. A máquina não precisa inchar, ela pode crescer, então essa é a diferença. Dessa mudança da câmara vai refletir sim, de algum modo, eu vou fazer um chute simples, em torno de R\$ 600 mil por ano vai trazer para o município, essa mudança da câmara para cá. Já é um item positivo também. Você fez um comentário sobre o ISS. Ontem na verdade, foi derrubado o veto do presidente Temer, que teve a questão do ISS origem e destino. Você comentou também que Poá já tinha perdido o safra e pode perder várias outras situações porque agora é destino. Suzano também tinha uma perda de ISS. Como foi muito recente a gente não tem o estudo de quanto vai impactar. Eu faço uma análise simples, porque eu tenho que ver também o que eu vou perder. Muitas empresas estão aqui em Suzano prestando serviço para outros municípios também, então vai ser cobrado no outro município. Aí vai ser uma conta crédito e saldo, tenho que entender isso. Eu vou fazer esse estudo Ver. Lisandro e até me prontifico numa próxima oportunidade estar apresentando esse relatório. Ele é fundamental inclusive para compor receita. PERGUNTA: É mais é curioso, eu não sabia que Suzano ia perder receita com essa ação, tem empresa então que recolhe ISS aqui que vai deixar de recolher? Eu achei que a gente só ia ganhar porque viriam receitas, por exemplo como tem em Poá hoje, viriam para Suzano por conta do destino, do ISS, não sabia que Suzano ia perder com isso. Para mim isso é novidade, não sabia que tinha empresa de cartões aqui. RESPOSTA: Quando se fala em empresa de cartões é que ela generaliza, o ISS vai ser pago na questão de destino, não mais origem. Está sendo em Suzano, será em Suzano. Então os cartões de crédito tem vivo, tem toda uma lista de mudança do ISS. É como se a empresa tem uma sede aqui em Suzano e presta o trabalho em Barueri, em Guarulhos, então o ISS agora vai para a prefeitura de Guarulhos. Então eu perdi essa receita ao ponto, olha que interessante hoje você tem uma companhia Suzano, aqui ela gera muitas empresas prestadoras de serviços na companhia Suzano. Esse recurso, a origem ficava no município que é a sede da empresa, hoje vai vim para nós. Por isso que, literalmente é um estudo de impacto, o que eu estou perdendo ou o que estou ganhando. Eu não tenho essa resposta porque foi muito recente, inclusive foi ontem esse decreto, mas ele é interessante e ele paira pela justiça fiscal. Porque a



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 17

onde está o consumidor? Se eu estou consumindo o meu município que deve ter. se estou consumindo aqui em Suzano, quem está ganhando o recurso é Amazonas, Ceará. Tanto que teve uma época que foi exigido que os prestadores de serviço ficassem em um município para poder manter essa receita, teve época que essas brigas eram grandes. Hoje não, você pode ter a sua sede em qualquer lugar e vai para o destino. Por ultimo, a questão do 6.5% saúde e do valor do zoonoses. Aquela receita é uma receita carimbada, não tem nenhuma questão de perder aquele recurso. Agora a questão está na execução do recurso. O que vai ser feito, como vai ser feito, quando. Ele está lá, na verdade já foi contabilizado. Quando eu falei que é 6.15% a mais é realmente do valor que a lei diz que é obrigado pelo fiscal, mas não tem nenhum prejuízo. Ia retirar ele para outra. Nem pode fazer isso. Se não for utilizado infelizmente ele retorna, né Ricardo é uma verba federal, se não utilizar ela retorna. PERGUNTA: Esse é o meu receio, da gente perder. Se você puder dar uma atenção especial para esse recurso que está parado lá para a gente não perder. Porque na gestão passada realmente se estendeu muito com aquela obra então eu tenho um grande receio de perdermos esse recurso por conta da obra não se iniciar, se puder dar uma atenção especial para gente nessa questão eu agradeço.

Ricardo – Ver. só para complementar, a gente também fica aguardando o tesouro do estado e a união para repassar esses recurso. Só chamando a atenção para isso.

Secretário – então aquela historia, eles deram para nós o orçamento, só não deram a receita, a receita é o mais difícil. Você vai receber isso, mas

Lisandro – O pouco que eu sei, o que eu investiguei sobre esse recurso parece que já estava empregado, de alguma forma, sobre esse domínio do município. Porque a empresa já foi inclusive chamada só que a empresa fez um destrato e teria que chamar a segunda empresa, aí esse processo de chamar a segunda empresa não aconteceu e o meu receio é de acabarmos perdendo esse recurso. Mas até onde eu sabia esse dinheiro já estava em Suzano. Eu não sei se estava em Suzano, no banco de Suzano, onde estava, mas parecia que já estava sobre domínio da prefeitura, só precisava de fato, colocar a empresa para trabalhar. Meu receio é a gente perder. Vocês, melhor do que eu, dá muito valor para a receita da prefeitura, se poder nos ajudar nisso a gente agradece. RESPOSTA: “Só reforçando, muitas vezes o recurso federal é só repassado no momento da execução do serviço. Então quando fala contabilmente eu posso contar com ele, eu faço a obra, executo a operação, falo com o governo federal, olha já fiz! Tem contra partida municipal? Sim ou não? Se tiver eu tesouro tenho que pagar essa contra partida para liberar o recurso, também tem essa sequência. Não tem contra partida? Não! Está executada, está medida, está tudo certo? Ok! O recurso está aqui. Então o governo federal não passa um cheque, ou seja, está na sua conta faz o que queira. Antes era até isso mesmo, mandava o recurso ficava no município, não tinha, tinha que devolver. Agora ele fica em transição, fez recebe. Não fez ele fica lá. Porem o governo vai passar por ele de novo, uma vez que tenha receita, ele coloca no caixa



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 18

para depois te encaminhar. Não o utiliza volta para ele para fechar as contas dele também. Igual o município faz.”

Ricardo Elias: “Vereador, só para complementar, a gente também fica aguardando o tesouro do Estado e da União repassar esses recursos. Só chamando a atenção para isso.

Secretário Itamar: “É aquela história, eles nos deram o orçamento, só não deram a receita. A receita é a mais difícil. Você só vai receber isso. PERGUNTA:

Senhor Presidente: “Quero lembrar ao nobre Vereador Lisandro que a Mesa, o jurídico, os funcionários, os vereadores estamos fazendo uma economia porque os vereadores cooperam. Todos nós trabalhamos em conjunto. Se Deus quiser agora em final de junho nós vamos mudar e vamos devolver o prédio para a Prefeitura, como foi bem dito por Vossa Excelência e Secretário que vão aproveitá-lo para tirar os aluguéis. Vereador, fico muito contente de Vossa Excelência falar, porque é um trabalho em conjunto da Câmara Municipal, vereadores, presidência, a mesa e também o Executivo que está colaborando. E nós vamos mudar e estamos às ordens para trabalhar, Vereador, o senhor trabalha bastante.” Com a palavra o Ver. Lisandro Luis Frederico: “Por isso que eu parabeneizei vocês com a dispensa do prédio da garagem que gerou uma economia e isso é uma iniciativa da Mesa.” Senhor Presidente: “Tiramos também o escritório de advocacia. Só é possível com a colaboração dos vereadores. Nós, juntos, vamos longe. Vamos trabalhar!”

Com a palavra o Ver. Antonio Rafael Morgado - Prof. Toninho Morgado(PDT):

“Obrigado, Presidente, o senhor está sempre elegante. Faço coro com o Pacola. Secretário, parabéns pela exposição, pelo trabalho que vem fazendo. A gente está satisfeito com a prestação de serviço que os atuais vêm fazendo na frente da pasta. Eu tenho três perguntas: a primeira, fala sobre o decreto de contingenciamento. O Ricardo informou que é a primeira vez que esse decreto de contingenciamento foi aplicado, mas a lei nº 101/2000, lei de responsabilidade fiscal estabelece que isso já deveria ter sido feito. É uma pergunta de um leigo. Cometeu-se crime quem não fez? Pode-se fazer alguma ação de recálculo ou de retomar esse trabalho que não foi feito? Essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta, Secretário, tem uma área ali no Parque Buenos Aires com 35 famílias. Essas famílias moram numa área do DAEE, eles recebem impostos que é sobre a residência deles. Impostos residenciais. No entanto, esses impostos os títulos estão sendo impressos no nome do DAEE. Então, o morador fala pago ou não pago. Se ele paga, está pagando para o DAEE. Se ele não paga, ele está prevaricando o direito do pagamento, a obrigação do pagamento. Então, eu acho que é assim, eu não sei se o senhor tem conhecimento disso, se não tem eu o estou informando, mas é uma coisa que eu gostaria de pedir a sua atenção, como



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 19

Secretário de Finanças, para a gente poder fazer uma conversa com aqueles moradores e acalmar os ânimos deles, porque eles não sabem se pagam ou se não pagam. E aí eu preciso de uma orientação do Executivo para eu falar aos moradores pagarem ou não pagarem. Só para o senhor saber há um processo correndo nos autos do DAEE de São Paulo, porque o DAEE quer rescindir da terra, quer devolver para o município, mas tem uma tramitação decreto estadual, que precisa ser feito, eu não sei se o senhor pode ajudar nessa transição aí. Estou para marcar uma reunião com a superintendência do DAEE para tratar e resolver. Para não prolongar muito, na gestão passada, eu fiz uma reunião na superintendência, o superintendente abriu mão do terreno, mas precisava uma manifestação do prefeito. E o prefeito da gestão anterior ele não nos recebeu, ele não recebeu deputado, não recebeu os moradores, não recebeu a comissão, eu ainda não era vereador não tinha tanta força, como morador até tinha, mas enfim, o processo morreu. A gente vai ter que retomá-lo. São trinta e cinco famílias. E a terceira pergunta: há uma área no final de Palmeiras, um lugar chamado Cinco Pinheiros, ali moram cinquenta famílias. E estas pagam um único imposto. Os terrenos foram fracionados em lotes de mil metros quadrados. O imposto está em torno de R\$ 12.500,00. E este imposto é dividido entre as cinquenta famílias. Eles têm uma conta conjunta. Há um líder que recebe de todos e ele faz o pagamento. É uma situação complicada. Estou só partilhando para o senhor ver se há alguma orientação para mim ou se eu devo buscar outro secretário para me ajudar nessa força tarefa. É isso! São essas três coisas.” **RESPOSTA:** “Boa tarde, professor Toninho, a quem eu tive o prazer de conhecê-lo na campanha. Foi uma grata surpresa. Vamos lá. Decreto de contingenciamento. Você me fez uma pergunta bem específica. Isso é um crime fiscal. Na verdade, está dentro da lei de responsabilidade fiscal, quando você faz o fechamento ele passa as divergências que ocorreram. Divergências. Esse termo divergência, ou seja, o relatório de fechamento de contas, se você pegar o último das contas prestadas vai ver todas as recomendações que o Tribunal faz. E nas recomendações põe lá prestação de contas a questão de contingenciamento, contingenciamento, contingenciamento. O que acontece? Eu posso não fazer o contingenciamento. Vai me abrir uma observação dessa divergência. Só que o item lá embaixo quando a conta no final do ano não fechar, que é o item principal, o Tribunal vai me fechar e vai falar: “Nobre Secretário Itamar, te avisei uma vez, te avisei duas vezes, te avisei três vezes, porque eu mandei as três recomendações pra vocês e vocês não fizeram”. Então, esse caso entra como uma recomendação à lei, porém é agravante o fato de você não fazer. Conforme estamos fazendo e chega no final do ano, por algum problema, não consegue fazer o fechamento, ou seja, de maneira preventiva já estou tomando ação, eu não estou sendo omissa na ação. Então, a diferença cai nesse item de a gente estar atuante na informação e não por omissão. O item que você comentou, como é gestão anterior, logicamente, o Tribunal de Contas que vai fazer essa avaliação. Se eles acharem pertinentes eles podem falar, olha quero entender por que você não fez? É uma prerrogativa do anterior. Quando eu fui apresentado a essa informação, até a equipe da pasta, com informação do jurídico, disse isso é importantíssimo, Secretário, o senhor ir por essa linha. Eu já iria fazer isso de própria vontade, não é Ricardo, quando que soube que havia a lei, beleza, agora estou fundamentado. Porque esse contingenciamento acontece na casa da



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 20

gente, acontece em qualquer lugar. Se eu não tenho, não vou gastar. Vou fechar a torneira. Vamos lá, praticamente, acho que são o mesmo assunto as duas perguntas, de maneira discreta, distinta. O IPTU não é um título de posse. Essa é uma observação muito importante, o fato de a pessoa ter o IPTU não quer dizer que ela tem posse sobre aquilo, é um valor sobre a utilização daquela área. No caso do DAEE, o ano passado eu vi a questão de dívidas que foram declinadas, o DAEE teve um número absurdo de dívidas. É a área inundou. O que aconteceu, quando a área inundou o município abriu mão de várias receitas, inclusive, está no relatório de dívida ativa, deu baixa em vários valores de dívidas ativas, justamente, por causa disso. Então, quando você tem uma área e ela está no nome, no IPTU tem o proprietário e o compromissário. Então, seria interessante que o DAEE, ele é o proprietário enquanto não for passado o título tem de estar no nome do DAEE. Só que o compromissário pode ser o morador. Isso exige um processo, exige um cadastramento junto à Receita para fazer a retificação. Já me ponho à disposição, a minha equipe, inclusive, já vai auxiliar para essa demanda dos IPTUs. E a outra que é de 50 famílias fracionadas, eu vejo que a gente consegue fazer um trabalho. Vou procurar, logicamente, dentro da lei o que é possível, porém cairia no mesmo contexto. A diferença é que um foi fracionado e o outro não. Porque aqui embaixo se fosse fracionar para 50 sairia com o título pelo DAEE e para as cinquenta famílias cairia individualmente. Já me prontifico a estudar esses dois casos e atuar em cima. Estão falando em 75 famílias, 150 pessoas para mais. Isso é significativo. Comentei sobre o imposto. Não é o pequeno que deixa de pagar o imposto. São os grandes. Estou finalizando a informação, mas a inadimplência é sempre dos mesmos. Os que justamente utilizam o expediente jogar para o tempo não pagar. Então, a gente vai alinhar. Vereador professor Toninho Morgado, depois a gente encaminha com a equipe a fim de definir esses dois assuntos. Vou lá na área, verifico, faço reunião, chamo os moradores, faço reunião. A gente demanda isso aí.”

PERGUNTA: “Então, a minha sugestão para o encaminhamento, eu monto uma comissão nos dois bairros, marco uma audiência com você, e você os atende, pode ser assim?”

RESPOSTA: “Já está combinado. Só marcar a data.”

Com a palavra o Ver. Marcos Antonio dos Santos - Maizena Dunga Vans(PTB): Secretário, só para tirar uma dúvida. Se der para o senhor informar para nós, essa dívida que foi falada de R\$ 15 milhões. Eu gostaria de saber de que gestão foi, a partir de quando. O Ricardo pode explicar para a gente, para ficar uma coisa clara. Se não o pessoal vai pensar que essa gestão tem dívida, na outra teve. Só para deixar bem clara, até para imprensa.

RESPOSTA: Ok! Até o Ricardo anotou aqui as dívidas, não está combinado, já está escrito aqui. Na verdade a câmara solicitou à prefeitura todos os CDAs, logicamente de todos os vereadores, das dívidas de 2004 para trás. E todas essas certidões estão no jurídico ou na secretaria da câmara, aí é um tramite interno. Já estão com vocês essas informações, obviamente não posso nominar, eu sei algumas informações, mas logicamente não posso nominar.

RESPOSTA: Sabe por que secretário, porque pode sair amanhã na imprensa que essa Casa está devendo R\$ 15 milhões. Então é bom a gente tirar as dúvidas certinhas e colocar lá, né? O questionamento foi até 2004, então de 2004 até hoje o presidente Zaqueu, o outro presidente Said também, então não teve dívida para trás né! Só esse esclarecimento. Obrigado secretário.

RESPOSTA: Só reforçando a sua solicitação. Todas as dívidas, eu falei em torno de R\$ 15 milhões,



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 21

eu não contabilizei. Esses daqui estão dentro daqueles R\$ 80 milhões judiciais, um pouco dentro dos R\$ 560 milhões, mas de 2004 para trás.

Zaqueu – Parabéns ao Ver. Maisena. Na verdade esclarecer sempre é bom né! E que seja à tona a verdade.

Maisena – A gente já apanha aqui 24 horas né presidente. É mais uma surra no jornal ninguém agüenta né.

Zaqueu – O problema não é o jornal, o problema é que tem que ser a verdade

O Sr. Itamar Viana explicou o quadro acima, esclarecendo: “Este resumo é interessante, porque ele diz que a despesa com o pessoal é 43% e o limite legal é 54%, o que faria ficar crítica a situação do total gasto com pessoal, então, está dentro do limite prudencial. Dívida consolidada está dentro do aceitável. O limite legal, a Prefeitura de Suzano hoje pode ter endividamento de longo prazo, buscar recursos em R\$ 718 milhões, que estaria dentro da lei de responsabilidade fiscal. Ou seja, nós temos capacidade de se endividar. Endividar-se nem sempre é ruim. Quando eu compro uma casa eu crio uma dívida de longo prazo. Vou estar dentro do meu carro, dentro da minha casa. Eu não tenho os R\$ 500 mil reais para pagar agora, mas eu tenho R\$ 500 mil para pagar em 30 anos. Fazendo de modo planejado, buscar recursos não para pagar dívidas, mas para fazer investimentos, que são diferentes as duas situações, é um endividamento saudável. Ou seja, temos capacidade de se endividar até R\$ 720 mil, porém tem de ver a capacidade de a Prefeitura ter a receita. Estes dois itens eu gostaria de chamar atenção para vocês.” – O secretário mostrou um gráfico, que não estava no material entregue a todos os vereadores, que era um acompanhamento da receita desde 2011. – “Eu preparei um material, que essa informação não está no material de vocês. É um acompanhamento da receita desde 2011, eu trouxe um quadro pra realmente mostrar a evolução ou a involução dos dados da prefeitura. A Prefeitura de Suzano, em 2011, tinha R\$ 40 milhões para investimento; em 2012, tinha R\$ 27 milhões; em 2013, tinha R\$ 9 milhões; em 2014, tinha R\$ 10 milhões; em 2015, tinha R\$ 3 milhões; em 2016, tinha R\$ 2.300 milhões, e deixaram para esta nova gestão R\$ 500 mil para investimentos. O gráfico mostra literalmente a situação real da condição da Prefeitura neste momento. A Prefeitura tem R\$ 500 mil para investimentos. É algo que é quase insano, pensando na estrutura municipal, porque o desafio está nisso. E onde está o desafio? Conforme comentei com vocês sobre algumas prerrogativas anteriores, eu fiz a consolidação da dívida, o que foi entregue de herança para esta gestão. No governo do prefeito anterior, ele assumiu uma dívida consolidada, registrada de R\$ 156 milhões, e ele entregou para nós uma dívida de R\$ 173 milhões. Então, você tem uma diferença nesse período. Agora, esta informação é mais interessante, a dívida ativa em 2012 era de R\$ 427 milhões; a dívida ativa hoje, sem limpar, sem depurá-la, ou seja, tem algumas coisas para ajustar, é de R\$ 1.2 bilhão. A Prefeitura não se movimentou



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 22

em buscar recursos, buscar as receitas, os ISSs, IPTUs, realmente as dívidas que os munícipes, as empresas têm com a Prefeitura para entregar como benfeitoria. Por isso, quando eu comentei a questão orçamentária está super arbitrária é porque ali eu puxo o freio de mão, ninguém gasta nada, eu fecho as contas em dia no final do ano, mas ela não vai transformar em realidade lá na ponta. Tem-se o desafio muito grande de tentar agora trazer os investimentos, porque agora eu fiquei sem o valor (terrenos) de alienação para investimentos, não tenho esse recurso. Todos os valores da Prefeitura foram destinados sempre para a dívida ativa, ou seja, trinta por cento dos IPTUs anualmente estão indo para as dívidas, sem fazer nada, sem ninguém ligar e falar paga aí, preciso de dinheiro. A Secretaria de Finanças tem a função e agora a obrigação legal de trazer esse recurso para o município, senão, realmente não vamos ter como fazer nada este ano. Lógico, como secretário, tem questão de refinanciamento das dívidas. O que seria esse refinanciamento das dívidas? Tem algumas dívidas que a Prefeitura paga R\$ 1 milhão por mês, do Instituto ou junto ao governo federal ou do governo estadual. Se eu refinancio uma dívida de R\$ 1 milhão por mês e dobro o meu prazo, eu passo a pagar R\$ 500 mil por mês. Eu fico com essa diferença no caixa, no tesouro, onde eu consigo outra operação. Então tem o Refis, só quero ressaltar que alguns vereadores, o Denis, fez um ofício que só chegou às minhas mãos, vou passar para todos. O Refis será implantado em breve. O Edson já está trabalhando na lei para apresentá-lo a vocês agora em março, possivelmente em abril já será efetivado. O Refis virou quase que uma tradição no município de Suzano, em que se espera o próximo ano para poder fazer o pagamento. Só que você tira um item que é importante que, inclusive é uma das minhas atribuições chamada justiça fiscal. Aquele que paga em dia, e o que paga depois, não tem justiça fiscal, quando eu faço uma comparação: um pagou juros, o outro não vai pagar. Então, temos que criar um critério, é até interessante isso, a gente criar um Refis. Do ponto de vista tributário, eu e o Edson temos conversado muito sobre isso, criar um Refis agora ele vai ser dos moldes anteriores, sem nenhuma novidade para trazer, porém, não posso fazer do Refis uma cultura. O próximo ano vou esperar um Refis, e no outro vou esperar um outro. Porque o recurso está indo pra dívida ativa, eu estou perdendo esse recurso, cada ano perdendo um pouco mais. Ai você entra numa discussão entre o munícipe que fez o pagamento e o outro que não fez. Só que os dois reclamam pelo mesmo buraco, outro pela mesma zeladoria, os dois reclamam com mesmo direito. E a justiça fiscal? Eu não posso fazer só para aquele, eu tenho que fazer para todos. Então, nós temos uma mecânica que aquilo que não é pago vai para dívida ativa e aguarda-se o Refis. De novo, vou criando um arcabouço, um volume financeiro em que a Prefeitura, realmente, fica amarrada. Depois, com um pouco mais de debate, numa outra pauta, gostaria de discutir uma câmara permanente de Refis, onde não será só nesse período, tira juros, faz tal operação, de chamar o munícipe, conversar com ele, explicar a situação real do município e propor para ele uma renegociação diferenciada, em que eu possa trazer esse valor, ou seja, eu tenho dinheiro na minha mão, que é meu direito e, ao mesmo tempo, estou pedindo emprestado. As contas não fecham, então, eu tenho que trazer o máximo possível desse recurso, que está próximo de mim. Ah, mas vai constranger o empresário, o munícipe, a cobrança. Mas é de direito! Então é algo que tem que se trabalhar hoje. Se nós não pagarmos nosso IPVA, nós vamos para a dívida ativa



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 23

do Estado. Então, pagar os tributos é uma obrigação do cidadão. Faz parte! Eu quero facilitar, é minha função facilitar tudo o que for possível para o munícipe fazer o pagamento. Ao mesmo tempo, o direito dele não pagar acaba prejudicando o município como um todo e é o mesmo que pode reclamar depois. Ou seja, a justiça nivela. Então é importante trazermos essa questão. E pra isso vou precisar da ajuda de vocês para gente fazer uma discussão ampla, não é uma caneta, não é um decreto, não é nada disso, onde a gente cria regras para trazermos os munícipes, não é o contribuinte, eu falo munícipe porque é o cidadão, é o eleitor é o munícipe, é o contribuinte, dependendo do ponto de vista, mas somos todos munícipes. Precisamos criar ferramentas para trazermos esses recursos. E na questão orçamentária eu parei em R\$ 163 milhões de dívidas consolidadas neste momento, porém, o orçamento deste ano já está estourado em R\$ 14 milhões. Aí já é uma outra preocupação, ou seja, eu adquiero R\$ 173 milhões em dívidas, e para eu fazer o que estava previsto no orçamento deste ano, eu já tenho R\$ 14 milhões negativos para fazer o pagamento. E algumas coisas estavam dentro da própria LOA que quando você a abre, pronto, agora eu tenho que pagar isso! A Educação trouxe uma despesa de R\$ 2.800 milhões a ser paga, mas, não é culpa do gestor atual, ele só está executando o que está previsto. Então, nessa previsão, você tem essa diferença, e aí como orçamento eu tenho que procurar realizá-lo. Então, para vocês terem ideia, fora a dívida assumida de R\$ 163 milhões, para cumprir o orçamento deste ano, já estou R\$ 14 milhões negativos. Lembrando que orçamento e receita são duas coisas distintas. Orçamento, eu posso falar que este ano, eu tenho dez alunos numa sala de aula e cada um paga mil reais, em um ano eu vou ter cento e vinte mil reais. É uma previsão orçamentária. Mas e o que para de estudar, o que não paga, aí o meu orçamento vai diminuindo, aí é real. Só que esses R\$ 120 mil eu vou tê-los durante o ano, eu não vou ter no dia primeiro de janeiro, primeiro de fevereiro. Ele vai se realizando conforme o ano. Então, é onde que descasa algumas informações sobre o orçamento da Prefeitura e o que tem em conta corrente, são duas coisas totalmente distintas. Para finalizar, tem o mapa de orçamento, que eu até comentei com alguns vereadores que me procurou e eu passei, quando é feita a apresentação dos R\$ 713 milhões do orçamento da Prefeitura, é importante entender que ai já ramificam duas pontas: Câmara Municipal e Instituto de Previdência. A Câmara R\$ 25 milhões e o Instituto Previdência R\$ 75 milhões, ou seja, dos R\$ 713 milhões já cai para R\$ 600. Dos seiscentos, se eu mudo de fase eu tenho as receitas que vêm do estado, da federação, então, já vai para R\$ 400 milhões, que é o tesouro real da Prefeitura. Desses, eu tenho a questão das obrigações de Saúde e Educação: R\$ 15 milhões e R\$ 25 milhões, e o restante vai para as pastas. Então, quando fala que dá pra mexer até dez por cento do orçamento, não é dos setecentos milhões, é lá em baixo, dos quarenta milhões, tira educação e saúde e é só o que fica lá em baixo, essa operação é muito pequena. Igual como é em casa, se você cobre um, descobre o outro. E orçamento, se você manda um valor para um local, alguém na outra ponta fica sem, porque a fonte é a mesma. Finalizando, era esse o conceito que eu ia falar pra vocês. Gostaria de agradecer e, ao mesmo tempo, fico à disposição para os questionamentos.” O Senhor Presidente lembrou o propósito da Audiência Pública e comunicou aos presentes na galeria que poderiam fazer perguntas para o Secretário, por meio do funcionário, Luiz Paulo, que estava no



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 24

plenário. A seguir passou a palavra aos Senhores Vereadores. **Com a palavra o Ver. Lisandro Luis Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS):** “Boa tarde, Secretário! A minha pergunta é referente ao tema muito importante que o Senhor citou, que é sobre a dívida ativa do município. Não só eu como o Vereador Joaquim, o Rogério da Van fazemos parte da Comissão de Finanças e Orçamentos e a gente teve uma grande preocupação com as contas do antigo prefeito, que não atuou sobre essa questão. Refis é uma alternativa, mas eu penso naquelas contas que estão prescrevendo no dia de hoje, por causa do prazo que não é pago ou da própria execução dessas dívidas. Vocês têm alguma atividade voltada para isso, fora o Refis?” **RESPOSTA do Sr. Itamar Corrêa Viana:** “Vereador Lisandro, obrigado pela pergunta. É interessante essa questão, quando se fala em dívida ativa. Eu até ressaltai a questão da dívida ativa, a gente passa por uma questão de depuração da dívida. O que seria essa depuração? Ao longo do tempo, houve várias coisas inscritas na dívida ativa, por exemplo, IPTU de escola, de posto de saúde, IPTU que era da própria Prefeitura, mas não foi feito todo o trâmite, então, tem muita informação lá dentro que não foi depurada e cai na seguinte situação, que ao longo do tempo não foi promovido, não foi proposto, não foi feito nada proativo em questão de mexer na dívida ativa. Ela simplesmente caia lá e ficava. Hoje, como eu falei tem a questão do PMAT, que é um Programa de Modernização da Administração Tributária. E no próprio PMAT que é uma verba que o governo empresta para a gente contratar uma empresa para ela fazer essa depuração, essa limpeza na dívida ativa e começar a notificar os devedores. Hoje, a própria prefeitura tem mecanismo de mandar um SMS, uma carta, uma cobrança simples para o munícipe, e isso nunca aconteceu. Então, por isso que eu comentei que a gente tem fazer essa ação mais direta, porque uma vez que eu não tenho recurso, eu tenho que buscar onde tem recurso. É um direito da Prefeitura. A grande questão também é que quando você sai da dívida ativa, você entra em execução judicial. Aí você muda a esfera em que a prefeitura é obrigada a entrar com uma ação judicial para uma pessoa que está devendo quinhentos reais. O custo dessa ação judicial é muito maior do que os quinhentos reais, passam-se cinco anos, derruba-se isso e fica como isso mesmo. Uma ideia, inclusive, que eu venho conversando com o secretário da Condemat, é trazer uma Câmara de Conciliação Tributária; uma Câmara de Conciliação Fiscal, onde eu traga essas pessoas que estão devendo judicialmente, que ainda não foram para execução, para conversar, para negociar. Tanto que a gente vem falando, não é, Edson, para fazermos essa Câmara de Conciliação Permanente, um Refis permanente para convidar a vir conversar, a vir negociar. Então, um fato, anteriormente às ações, é comprovado por números que não teve uma ação consistente nesse fato. É como se fosse o seguinte, você está devendo? Tudo bem. Não, nós municípios precisamos desse recurso. É o único recurso que eu posso utilizar para várias ações, para a construção de uma creche, de uma UBS, para um recapeamento. A gente está falando de dois milhões, três milhões para fazer uma operação de tapa-buraco e, ao mesmo tempo, há quase um bilhão em outro lugar que não está dentro do cofre público. Então, destoa muito entre o que eu tenho direito e o que eu tenho na conta corrente da Prefeitura. Nós vamos fazer umas ações, a ideia é criar uma Câmara de conciliação tributária fiscal para que possamos trazer sem constranger num processo de negociação. Fazer um convênio com empresas, um Serasa, ou



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 25

alguma empresa que possa nos auxiliar de maneira legal, lícita. O próprio Supremo hoje diz que a taxa, o imposto é um direito do Ente, da Prefeitura e do Estado, os quais, podem sim fazer um protesto, podem sim fazer uma ferramenta para isso, para o devedor. Isso nunca foi nem posto em pauta, mas é uma ferramenta que eu não estou falando de usar agora. Primeiro faz-se uma depuração, uma negociação de um, dois anos. Usa essa ferramenta, daqui a três anos, a Prefeitura vai começar agir dessa forma, para realmente você começar a reforçar o cofre, e com isso dar retorno para o munícipe. É simples assim!" **PERGUNTA:** "As dívidas de As dívidas de 2013, por exemplo, que não foram pagas, não estão prescrevendo hoje? A gente não perde de vez esse montante? Não valeria a pena fazer a execução? Só mais uma pergunta, na avaliação da Comissão de Finanças e Orçamento, a gente ficou sabendo que a antiga gestão tinha já um sistema, um contrato com a empresa Conan, de São Paulo, para fazer a cobrança dessas dívidas ativas, e tiveram a justificativa de que essa empresa não estava com o sistema pronto. O Senhor sabe disso? Na minha visão, desculpa até a imaturidade com o assunto, mas se não está com o sistema pronto, eu entendo que a gente não deva ter essa empresa com a gente, no momento, para pagar, para fazer esse serviço. Diante dessa informação que tivemos da gestão anterior, queria só sua percepção sobre este assunto." Em questão de ordem, o Ver. Denis Claudio da Silva – DEM(Denis Filho Pedrinho Mercado) solicitou ao presidente que fizesse uma lista de vereadores interessados em questionar o secretário, pois ele também queria fazer-lhe algumas perguntas. O Senhor Presidente informou-lhe que, após a resposta do secretário à pergunta do Vereador Lisandro, ele seria o próximo e passou a palavra ao secretário. **Com a palavra o Sr. Itamar Corrêa Viana:** "Lisandro, vou passar a palavra para o Edson, porque é ele quem está cuidando literalmente desse assunto. Estou a par do assunto, mas ele está envolvido e comprometido com isso que, na verdade, é uma ordem do dia para nós. Então vou passar a palavra para o Edson Barbosa que é o diretor de receitas." **Com a palavra, Sr. Edson Barbosa:** "Boa tarde Presidente, Vereadores, público e imprensa presentes! Hoje, eu estou como diretor do Departamento de Receita, e dentro das suas atribuições tem a questão da verificação da dívida e das execuções. Naturalmente, para nós hoje, estamos trabalhando com um período prescricional 2012. Então, nós contatamos a empresa que cuida da nossa dívida para fazer o levantamento e fazer as execuções de 2012 até 2016. Então, aquele contribuinte, aquele munícipe que tem a dívida de 2012, nós vamos trazer até agora. Realmente, no mandato passado tiveram problemas nas execuções, tem o site do Ministério da Justiça, que também foi implementado nesse período; a empresa contratada Conan tem dificuldade de falar com esse sistema e, realmente, os procuradores do Município de Suzano tiveram dificuldade de fazer a execução. Então, nós estamos atentos ao problema que houve. Existe um processo administrativo em que os procuradores puseram todos os problemas que eles passaram para fazer essas execuções e, nós não queremos passar para essa administração o que houve lá. Então o plano B nosso é ter outra empresa que faça esse serviço, se a Conan não der conta até o meio deste ano. Nós estamos trabalhando dentro da massa da dívida, para poder fazer as execuções. Até dezembro, pelo menos o que entrar no período prescricional, nós vamos fazer a execução." **Com a palavra o Ver. Denis Claudio da Silva – DEM(Denis Filho Pedrinho Mercado):** Primeiramente, eu gostaria de



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 26

cumprimentar o Secretário Itamar, o Edson, o Ricardo, o Luiz ali presente, toda a equipe de Secretaria de Finanças. Secretário, eu gostaria de fazer duas perguntas a Vossa Excelência. Uma que eu iria fazer, o senhor já respondeu, que é referente ao Refis. A primeira é referente à alienação dos terrenos. Todos sabem da importância desse dinheiro hoje junto à administração, porque ele consta no orçamento e vai causar um dano muito grande, principalmente neste primeiro ano, que era uma dotação que já estava sendo contada para executar algumas obras na cidade. É de conhecimento de todos que essa lei foi declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça. Então gostaria de saber se há intenção da Prefeitura em reformular a lei, em mudar o que for necessário, para que a Prefeitura tenha garantia desse dinheiro, a fim de na dívida ativa poder usar ainda neste ano? Essa é minha primeira pergunta. A segunda pergunta é que vários munícipes estão questionando a questão da chegada do carne de IPTU, Secretário. Nós temos um histórico já de atraso de entrega de carne de IPTU há vários anos e, no final das contas fica aquela resposta: 'Vai no site e pega!' Eu gostaria de saber como está o andamento, tendo em vista que é no dia quinze de março, o primeiro vencimento, E temos agora uma semana de carnaval, uma semana praticamente parada, então gostaria de saber se esses carnês já foram despachados, já foram entregues, confeccionados para causar um pouco menos de transtorno aos munícipes da nossa cidade.” **RESPOSTA do Secretário Itamar:** “Boa tarde, Vereador Denis, agradeço a pergunta também. Da alienação, a sua pergunta foi importante. Não discuto a questão do mérito da ADIN colocada nos terrenos, do valor que foi proposto, da forma, o motivo pelo qual os terrenos não puderam ser vendidos, realmente não caiu na discussão. Até em alguns pontos, concordo, com o ponto de vista de munícipe, concordo, porém tenho tratado isso diretamente com o prefeito Rodrigo na questão que fazer uma discussão de que hoje a Prefeitura quer sim utilizar alguns daqueles terrenos que ela vê importância, para fazer próprios públicos, é importante isso. Então, alguns daqueles terrenos realmente não serão executados como venda, mas é uma discussão que ainda está sendo feita, e outros sim devem ser vendidos, refazendo a lei, discutindo e fazendo as discussões. Por exemplo, uma das condições por que não venderam foi por causa do preço que estava inferior ao mercado. Coloca-se uma Acoris, um pessoal técnico para discutir qual é o valor e esse valor não deve ser proposto pela Prefeitura, deve ser proposto por um órgão mais técnico, ou seja, se esse for o primeiro critério, hoje não é a prefeitura que define o valor, é o mercado, para fazer uma coisa bem justa. E dentro do que você falou a questão da alienação é uma das ações que eu, Secretaria de Finanças, tenho que fazer durante o ano. Ou seja, pegar os terrenos que serão vendidos, propor a vocês uma nova lei, discutir essa nova lei, dentro do que é solicitado, porque eu ter a lei para ser vendido é uma situação, vender o terreno é outra situação. Então, são duas coisas distintas. Eu, Prefeitura, posso ter autorização de vocês para vender e, ao mesmo tempo, posso não ter comprador para os terrenos, que aí é outro problema! Então, a afirmação de que a lei já tem a venda efetuada, realmente, não tenho isso como uma verdade. A questão da alienação em rediscutir a utilização dos terrenos, ver quais serão importantes, a Secretaria de Governo, e o próprio prefeito têm discutido algumas situações de alguns daqueles terrenos para a gente limpar essa pauta e apresentar o que realmente é necessário, porque essa ajuda é necessária em



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 27

questão orçamentária, que eu já comentei desde o início, que quatorze milhões a mais do orçamento então é algo que a gente tem que andar junto, nesse ponto tem que andar junto. Eu vou iniciar a questão do IPTU, mas depois vou passar para o Edson para algumas demandas. O IPTU tradicionalmente tem essa questão de atraso. Este ano, nós passamos por uma mudança e, estava sendo discutido que era obrigatório o CPF ou CNPJ nos impostos. Tivemos uma primeira reunião com o gerente, diretoria de bancos no início do ano, onde foram passados para nós que foram emitidos 110 mil carnês. Dez carnês em cada um, fazendo uma conta rápida, seriam pago cinco reais de taxas para o banco, por carnê. Seriam aproximadamente seis milhões de reais, só numa transferência. Mas se eu não tenho recurso, por que eu vou fazer isso? Junto com o Edson trouxemos à discussão, que teríamos de fazer um chamamento dos bancos. Eles apresentam as taxas médias, pegamos a média das taxas dos bancos, apresentamos os valores a eles e perguntamos qual deles aceitam. Os bancos se manifestam aceitando ou não. Foram três bancos, não é Edson, que aceitaram o chamamento para poder fazer a operação. Esse chamamento tem uma regra específica, ou seja, fazer o chamamento, a apresentação, o edital, tem todo o procedimento. O que praticamente a gente estava liberando o contrato hoje. Hoje o diretor do Itaú; hoje o diretor do Santander, hoje o pessoal da Caixa está assinando. Enquanto que eu não tenho um contrato assinado, o banco de dados já está pronto nos bancos, as gráficas já estão aguardando o ok dos contratos, porque tem que sair um código 9, um código "X" em cada um para os bancos poderem fazer o que é padrão Febraban, enquanto isso não acontecer não pode realmente disparar os carnês. Pela nossa previsão, os carnês vão chegar a tempo, já está tudo preparado na gráfica, no correio, já está feita toda operação, porém, precisava ter legalmente. Eu não posso mandar alguém pagar alguma coisa se eles não vão saber onde pagar. E a gente já está com um projeto para fazer uma mudança no IPTU no ano que vem, porque você trazer o imposto para mais parcelas, ou seja, é como se janeiro a gente já começa emitir os carnês para as pessoas já começarem a fazer o pagamento em fevereiro. Fazendo isso você aumenta o número de parcelas e diminui o valor que a pessoa paga. Então, para este ano, até mesmo pela questão de transição de governo, a questão da transição da própria lei, da Febraban, realmente dificultou essa operação, mas a gente já está fazendo um trabalho para o ano que vem. A nossa ideia é fazer mais parcelas. Vou passar para o Edson para mais algumas complementações, mas a priori tem essa linha de trabalho."

PERGUNTA: Só para complementar, Secretário, como Vossa Excelência falou, os carnês ainda não foram rodados, os contratos estão sendo assinados hoje. Devido ao carnaval, devido aos dias que a cidade, que o país para, provavelmente nós podemos ter um problema com a data do primeiro pagamento que o senhor informou que é dia quinze de março. Por que já não propor, por meio de um projeto de lei simples, a mudança desse primeiro pagamento, do dia quinze para o dia trinta e um? A Prefeitura teria mais quinze dias, estaria dentro do mesmo mês, o orçamento não afetaria, o número de parcelas não afetaria e todo mundo poderia trabalhar com um pouquinho mais de folga, até para aquelas pessoas que têm que vir à Prefeitura retirá-lo, que tem que aguardar o correio devolver, porque a gente sabe que acontecem "n" problemas. Então, gostaria de deixar esse pedido a Vossa Excelência, para que analisasse junto com a sua equipe a possibilidade de



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 28

prorrogar o prazo por mais quinze dias. Eu acho que não vai causar um transtorno muito grande, tendo em vista que vai estar dentro do mesmo mês o orçamento.”

RESPOSTA do Secretário Itamar: “A própria equipe já discute essa sugestão, porque a gente tem um trâmite todo. É importante também vir essa proposta de vocês vereadores, porque se a gente tem um prazo, se o carnê chegar dentro da primeira semana, eu tenho esse prazo limite do dia quinze, porque toda operação, todo o contrato está firmado em cima disso. Até mesmo as regras bancárias, em que começará cobrar juro, tem toda uma prerrogativa. Nós teríamos que fazer internamente, a fim de que a primeira parcela dos carnês não sofra juro, durante o período até o dia 30. Então, tem uma outra ferramenta técnica, ou seja, operacional que a gente consiga trabalhar e atender a essa demanda. Não quero, e nós vamos transferir o ônus da operação para o município, esse tem que realmente ficar conosco, posso perder. A pessoa paga em março, ou quem paga até o final de março é a receita de abril. Então, vou ter uma diferença na receita de abril, mas é algo que a gente pode aceitar esse impacto, devido a essa operação. Vou passar para o Edson para algumas questões de IPTU.” **Com a palavra o Sr. Edson**

Barbosa: “O secretário Itamar praticamente já explicou quase tudo, eu gostaria de enfatizar a questão dos bancos que foram credenciados: Caixa Econômica, Santander e Itaú. Então significa que, se o município quiser pagar no Bradesco, ele não vai conseguir. Se ele quiser pagar em outro banco, que não seja esses três, não vai conseguir pagar, nem pela internet, nem por outro mecanismo de arrecadação. Não foi por nossa vontade, pelo contrário, nós até acionamos todos os bancos que tem na cidade para que viessem participar do chamamento público. Vieram três, acredito que está ótimo. O ideal seria que viessem pelo menos cinco, assim abrangeríamos os 95% da população. É importante que os vereadores já saibam disso para que possam falar para os municípios, quando os questionarem. Com relação à impressão, enquanto o secretário explanava, já foi aprovada, na gráfica, a homologação do carnê, que é aquele código de barras, o que faltava para imprimir. A gráfica, neste momento, já está imprimindo as capas, e o miolo vai sair agora com essa autorização que os bancos já fizeram. Tudo indica que dentro do nosso cronograma, a gráfica disse que vai sambar em cima das máquinas neste carnaval e, no começo de março os carnês chegarão as casas. Para finalizar, além das agências bancárias, internet, alguns correspondentes também vão receber. Um exemplo clássico são as casas lotéricas, todas as casas lotéricas vão receber. Existem outros bancos que têm alguns convênios correspondentes, por exemplo, Supermercado Veran, então, pelas agências também vão receber a mensalidade do IPTU. No nosso chamamento público, pusemos cinco itens, e dentre eles um foi excluído, que é o recebimento na boca do caixa. Se vocês forem hoje pagar uma conta de luz, uma conta de água, eles já recusam em receber no caixa. Então, esse tipo de boleto que sai hoje, o código de barras é parecido com o que acontece com a sua conta de luz e água. Nenhum dos bancos fez essa adesão de receber no caixa, esse problema nós vamos encontrar nessas agências bancárias. Obrigado!” **Com a palavra o Ver. André Marcos de Abreu - Pacola(DEM):** “Quero cumprimentar o Secretário, o Ricardo, e em nome do presidente, quero cumprimentar todos que se encontram na mesa. Este Vereador vai fazer mais uma sugestão do que uma pergunta, Senhor Presidente. Entendo que, devido aos últimos oito anos de governo deste município, a população não é inadimplente não,



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 29

Secretário, ela não tinha como pagar o IPTU, o IPTU seria a última opção para pagamento. Ela foi desestimulada a pagá-lo, porque nada foi feito nesses últimos oito anos. Eu não entendo como que o Refis permanente seria a solução do nosso problema. Eu entendo que um governo, como o que estamos acompanhando nesses cinquenta dias, vai incentivar o inadimplente a pagar o IPTU. Tenho certeza disso! Ontem por exemplo, eu estive com alguns vereadores, Joaquim Rosa, Maizena, Isaac, Rogério da Van, fizemos algumas visitas em alguns bairros na região de Palmeiras e a gente percebe a satisfação da população. Então, o inadimplente, tenho certeza que ele vai voltar a pagar o IPTU porque ele está vendo que Suzano voltou a andar, ele está vendo que o prefeito está preocupado com melhorias para a sociedade. Outra coisa também, Senhor Secretário, na opinião deste Vereador, tem que ser revisto para o ano que vem o prazo de entrega este carnê. O contribuinte vai receber esse carnê em março. Veja bem, Secretário, o contribuinte passa novembro e dezembro guardando dinheiro. Ele recebe décimo terceiro, recebe férias, e vamos dizer que ele já coloca o IPTU como um plano de pagamento. Aí passa janeiro, final de janeiro ele não recebeu; fevereiro ele não recebeu; março passou, ele já gastou o dinheiro. Então ele não vai pagar o IPTU. Uma coisa que precisa ser revista é o carnê do IPTU chegar à casa do contribuinte, estourando, no começo de fevereiro. Fica aqui uma sugestão deste Vereador para o quanto antes chegar o carnê para o contribuinte se programar. Quando ele receber o décimo terceiro salário, já poderá agendar o pagamento do IPVA, do IPTU e não gastar em outra coisa. Só uma sugestão para que o carnê do IPTU chegue o quanto antes possível à casa do contribuinte.”

RESPOSTA do Secretário Itamar: “Vereador Pacola, eu agradeço sua consideração. Referente à inadimplência, eu também tive a informação de outros grupos sobre o contribuinte estar desestimulado. A inadimplência, na verdade, ocorreu porque não teve motivação, não teve ação nenhuma (da Prefeitura); já que não fez nada, não está fazendo nada de um lado, não faço nada de outro, e a gente empata. Esta era a leitura. A questão do Refis, uma pessoa me procurou: Secretário, vai ter Refis? Eu falei; Por quê? Ele falou: nós formamos um grupo de mais de cem pessoas que não pagam o IPTU, porque víamos que não estava sendo feito nada e agora fazemos questão de pagar tudo em dia, na primeira parcela, porque estamos vendo a postura diferente da Prefeitura. Então, sim, eu quero ser cobrado por utilizar o recurso da Prefeitura da melhor maneira. Eu tenho frequentado de festas a velório, literalmente, e a população, em geral, tem justamente essa sensação de que pelo pouco tempo de governo já está mostrando atitude diferente. Já é o primeiro passo. Agora da atitude vem o restante e fazer um tratamento diferenciado. Também quando você comentou sobre o IPTU, o projeto que a gente já tem, que vai ao encontro com isso, é trazer para fevereiro sim, porque aí eu uso já o mês de dezembro, depois eu venho para o mês de fevereiro. Janeiro eu faço toda a operação, disparo, chega em fevereiro para a pessoa, aumenta uma parcela, na verdade de dez vai para onze, e ela acaba pagando menos. Aquele que paga todo mês um pouco, você vai pagar, teoricamente, 10% a menos, o que já é interessante para o próprio cidadão. Então, essa situação, eu quero estar par e passo com a Câmara, justamente nessa questão de trazer o recurso e explicar para o cidadão, quando vocês forem cobrados na rua, temos perfis diferentes, eu sou um secretário mais interno, não tenho como estar na rua,



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 30

vocês estão na rua o tempo todo, vocês são cobrados. Vocês podem dizer que vão falar na Prefeitura, mas, ao mesmo tempo, vocês sabem que a Prefeitura não tem perna nem braço para alcançar as demandas que vocês precisam. Então, uma vez que nós temos recursos, estes voltam para atender a própria demanda de vocês. É uma conta que quanto mais a gente consegue arrecadar, ter recursos ou receita, isso retorna para vocês. Eu fiz até uma comparação, uma brincadeira com um vereador, o Rogério da Van, eu falei pra ele, vocês tem mais recursos que a Prefeitura, vocês têm o recurso de 170 em impositivo, que utilizam na questão de saúde ou compra de medicamentos, proporcionalmente vocês têm mais recursos do que nós prefeitura. Então eu quero inverter isso, eu quero inverter o recurso para a gente ter uma discussão mais ampla e conseguir atender as demandas. Vai para a rua você tem uma demanda de oito anos, de xis anos passados ai que a prefeitura municipal de Suzano sofreu e muito. Então para você colocar isso em dia, você tem um passivo muito grande, você tem um passivo social, de estrutura, um passivo muito grande. Então, a ideia é primeiramente colocar as contas em dia, para depois começar a andar. A minha meta como secretário não é apresentar um orçamento com superávit em detrimento da população, ou seja, eu apresento o superávit, mas ao mesmo tempo a população não percebe os benefícios e fala: beleza você apresentou esses resultados, e eu não tenho nada. Não adianta nada. Então eu quero apresentar um superávit de receita e quero que a população perceba que a prefeitura se aproximou dela, então, é esse o nosso caminho. Dentro do que você comentou, realmente, eu como munícipe também tinha o mesmo pensamento, não vou falar que era diferente disso não. Você vai pagar um imposto sabendo que não está sendo utilizado, sabendo que você não tem acesso a nada na prefeitura, só um lado que tem que cumprir os deveres? Os deveres têm de ser cumpridos pelos dois lados. Cidadão paga o imposto e nos cobra. Então é essa a troca e é isso que nós vamos fazer, tenho de entregar em serviços aquilo que eu recebo.” **Ver. André Marcos de Abreu - Pacola(DEM):** “Eu estive recentemente em uma cidadezinha no interior de São Paulo, se eu não me engano é Itatiba. E a cidade está divulgando, por meio de faixas, banners, um incentivo para o contribuinte, Senhor Presidente: “Pague seu IPTU em dia em 2017 e os seus atrasados terão desconto de 20%, a partir do próximo ano”. Eu acho uma coisa para se pensar. O cara paga o ano de 2017 em dia, e no próximo ano ele terá os 20% de desconto nos impostos atrasados. Então você vai trazer o contribuinte para estar em dia no período de 2017, por exemplo, e, automaticamente, já teria um desconto nas dívidas anteriores. Eu quero crer que é uma boa sugestão.” **RESPOSTA do Secretário Itamar:** “Vereador Pacola, eu até anotei aqui como pagamento positivo. Eu falei aqui da questão do Refis, da justiça fiscal. A pessoa que não paga fica aguardando a oportunidade de pagar em dia e, o que pagou em dia não tem vantagem nenhuma. Então, esse pagamento positivo pode se tornar até um Refis automático, ou seja, se você pagar em dia, você já tem desconto para o próximo ano. Aí vai motivar aqueles que não pagam em dia, a pagar. Ótimo, vamos tratar essa informação como um ponto interessante para trabalharmos já para o próximo ano. Na verdade, essa mensagem teria que vir este ano para o ano que vem, mas vamos trabalhá-la para o ano que vem, ou que para os adimplentes seja um benefício para o próximo ano. Ótima ideia!” O presidente elogiou a sugestão do vereador André Marcos de Abreu. **PERGUNTA do Ver. Denis**



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 31

Claudio da Silva: “Secretário, só para finalizar, foi dito pelo Diretor Edson ou pelo Senhor, que os carnês de IPTU só poderão ser pagos em caixas eletrônicos, via internet. Não serão aceitos na boca do caixa, nos bancos. Este Vereador já fez um pedido no passado, refiz o pedido esta semana e não deve ter chegado ainda às mãos do senhor, mas dentro de alguns dias deve chegar. Tendo em vista que houve um problema de ordem financeira, relativa a taxas pagas em dinheiro nos últimos quinze dias, que foi o problema do cemitério em que as taxas recolhidas não eram repassados aos cofres. Existem outros órgãos municipais que lidam com dinheiro vivo nos seus departamentos. Existem as pessoas que têm seu cartão do banco apenas para receber o pagamento do INSS e não podem fazer pagamentos. Elas terão alguma dificuldade para realizar o pagamento do IPTU. Não haveria possibilidade de a Prefeitura fazer em seus prédios como é feito no Poupatempo hoje, um convênio bancário para que seja instalado um guichê para recebimento de tributos apenas, recebimento de IPTU, de taxas? Hoje, o munícipe vai até o Centro Unificado de Serviços solicitar uma certidão, ele pega fila, ele pega o boleto, tem que ir até a lotérica pagar esse boleto, retornar para apresentar o boleto pago. Nós temos o departamento de trânsito que lida com dinheiro vivo, que é em relação à Zona Azul, e com a instalação de um guichê para pagamento não facilitaria um pouco a vida das pessoas e tirá-las desse vai e volta. Não há possibilidade de firmar esse convenio para a instalação de guichês para pagamentos apenas para de tributos e taxas municipais? Eu já fiz o pedido no passado e gostaria que o senhor avaliasse a possibilidade.” **RESPOSTA:** “Vereador Denis, essa questão já está sendo discutida. Você comentou a questão do cemitério. Eu falei diretamente com o diretor da Caixa Econômica Federal para ele ceder maquininhas para a pessoa pagar débito ou crédito. Ele falou, Itamar, consigo ceder, mas os encargos da maquininha Cielo a Prefeitura tem que pagar. E para eu pagar um real ou um milhão de reais, o trâmite é o mesmo: tenho que ter o orçamento, tenho que fazer a licitação. Existe um projeto de com a saída da Câmara, levar a Receita toda para a parte inferior e ter uma central de pagamento. Então a pessoa já gera o boleto, já faz o pagamento e já sai. Isso já está em nosso planejamento. Eu também acho meio estranho, você gera o boleto agora, e a pessoa tem que voltar, e muitas vezes, com o protocolo, dar duas viagens. Então, na verdade, nós temos que facilitar a vida do munícipe que quer pagar, ele tem que ser muito bem tratado, porque é ele quem faz a máquina toda rodar. Então, até por experiência, eu fui fazer o pagamento do meu IPTU e senti dificuldade. Consegui ajustar alguns erros, justamente por essa dificuldade. Ou seja, para quem quer pagar você tem que facilitar, tem que ter uma recepcionista, para acompanhar, orientar. O café não é servido para a gente? Tem que ter café para quem paga as contas. O contribuinte, o munícipe tem que ser tratado de uma maneira diferenciada, porque é ele que faz a máquina rodar. Então, essa questão está sendo trabalhada, nesse momento não tem como fazer. Só vou reforçar uma questão que o Edson falou do recebimento na boca do caixa, não é só Suzano. Suzano, Mogi, Poá, Itaquá, os bancos não recebem mais IPTU na boca do caixa. As lotéricas estão abertas, elas têm um perfil diferente. É que na boca do caixa eles argumentam que o custo é muito alto para esse tipo de operação. Os bancos, na verdade, nem aceitaram participar do chamamento, eles já declinaram dessa modalidade. Não é uma decisão da Prefeitura.” O Senhor Presidente passou a palavra ao público presente. Não



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 32

havendo munícipes inscritos, o presidente retornou a palavra ao Secretário para suas considerações finais. **Com a palavra o Sr. Itamar Corrêa Viana:** “Presidente Zaqueu Rangel, Nobres Vereadores presentes, Edson, Ricardo Elias, contador, que ajudou a preparar os materiais, autoridades presentes, meu amigo Secretário Carlos Watanabe presente, meus amigos. Na verdade é minha primeira apresentação das informações da parte de finanças aqui na Câmara. A sala está disponível para vocês tirarem dúvidas, lógico, aqui a gente não consegue debater tudo. Procurei apresentar da forma mais didática possível e menos contábil possível, para realmente a gente vir nessa discussão. Quero agradecer as sugestões dadas aqui, as propostas, as informações e até as cobranças. Na verdade, a gente é movido por algumas cobranças para poder melhorar. Eu agradeço a oportunidade de falar com vocês e já me ponho à disposição para, a qualquer momento, tirar as dúvidas de vocês. Presidente, agradeço esta oportunidade de apresentar as contas da Secretaria de Finanças.” O Senhor Presidente agradeceu as presenças do Secretário Itamar, do Sr. Edson Barbosa, do Sr. Ricardo Elias, do público presente, dos vereadores, da imprensa e dos funcionários. Convidou a todos para permanecerem na Câmara, a fim de participarem da próxima Audiência Pública de Prestação de Contas da Secretaria da Saúde. Às 15h27, nada mais havendo a deliberar, encerrou a Primeira Audiência Pública. Compareceram a esta Audiência, os senhores vereadores: André Marcos de Abreu - Pacola(DEM), Denis Claudio da Silva – DEM(Denis Filho Pedrinho Mercado), Edirlei Junio Reis - Prof. Edirlei(PSD), Isaac Lino Monteiro – PSC (Isaac), Joaquim Antonio da Rosa Neto – PR (Joaquim Rosa), José Carlos de Souza Nascimento – PTB (Zé Pirueiro), José Izaqueu Rangel – Zaqueu(PSDB), Jose Silva de Oliveira – PMDB (Zé Lagoa), Lisandro Luis Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS), Marcos Antonio dos Santos - Maizena Dunga Vans(PTB), Ver^a. Neusa dos Santos Oliveira - Neusa do Fadul(PSD) e Rogério Gomes do Nascimento – PRP (Rogério da Van). Acompanhamento da Audiência Pública: José Cláudio da Silva Aguiar – consultor de orçamento, Dr. Julio Cezar Mayer – Secretário-Diretor Geral de Planejamento e Gestão e Rosinéia de Agostini Pacheco, taquígrafa.

Plenário FRANCISCO MARQUES FIGUEIRA, em 22 de fevereiro de 2017

**VER. JOSÉ IZAQUEU RANGEL – ZAQUEU(PSDB)
Presidente**

**Ver. Antonio Rafael Morgado - PDT
(Prof. Toninho Morgado)
1º Secretário**

**Ver. Max Eleno Benedito – PRP
(Max do Futebol)
2º Secretário**